

ATA N.º 2/2018:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE JANEIRO DE 2018:

No dia dezassete de janeiro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e doze minutos, na sala da Associação "Leões de Cajados" (freguesia de Marateca), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes, bem como quem acompanha a transmissão via *Internet* e começa por agradecer a cedência da sala à Associação "Leões de Cajados".

O **Sr. Presidente** menciona que, na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, para esta reunião de câmara, foi convocado o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino, nos termos do n.º 1, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (Anexos a esta Ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 1.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021

PONTO 2 – Procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a empreitada de "Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo" – Qualificação de concorrentes

PONTO 3 – Constituição de Fundos de Maneio – Ano económico de 2018

Atos Prévios:

INFORMAÇÃO:

- Foi distribuída aos senhores Vereadores e Vereadoras a documentação atinente aos despachos emitidos no âmbito da subdelegação de competências DADO – Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e DAU – Divisão Administração Urbanística);

- Balancete à data do dia anterior e pagamentos autorizados no período que decorre desde a última reunião de câmara até à presente data.

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento, para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e por último, a Ordem do Dia.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE MARATECA

O **Sr. Presidente** menciona que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Marateca decorre de 15 a 19 de fevereiro de 2018.

O **Sr. Presidente** dá as boas-vindas à reunião pública e faz um agradecimento ao Grupo Desportivo e Recreativo Leões de Cajados, agradecendo em particular à direção a hospitalidade, sabendo-se hoje que as associações, quer do ponto de vista da Constituição das equipas diretivas, mas também de outros constrangimentos que existem à sua atividade, merecem também a presença do executivo e, por isso, também se farão reuniões de trabalho com as associações da freguesia que estejam, naturalmente, em funcionamento, no dia seguinte.

O **Sr. Presidente** refere que estando no âmbito da semana descentralizada dedicada à freguesia de Marateca, não obstante a agregação forçada das 2 freguesias, o município teima, persiste, e vai certamente continuar a luta, para a desagregação das mesmas, e considera que ambos os territórios sendo tratados desta forma, separadamente, existirão vantagens para se ter uma noção e um enfoque mais particular, nas prioridades, nas necessidades de intervenção em cada uma das freguesias, e por isso, a lógica de trabalho de reunir com os executivos da freguesia, fazendo visitas a obras, contactando instituições, associações, e estando mais próximos dos munícipes, será uma opção de trabalho da qual não se prescinde e que se continuará a aprofundar. Já no mandato anterior haviam estado na presente sala, sabendo-se que na freguesia não existirão muitas outras para o efeito. Esteve-se em Fernando pó, passou por em Cajados, esteve-se naturalmente na sede de freguesia em Águas de Moura, e já no início do mandato, decidiu-se voltar a Cajados, porque de facto Cajados, não obstante a dispersão geográfica dos aglomerados, terá ainda assim, um peso populacional significativo no cômputo geral da freguesia, e terá um conjunto de questões que têm vindo a ser apresentadas e que merecerão ser discutidas também num contexto de maior proximidade.

O **Sr. Presidente** recorda ser este um projeto de participação e trabalho, baseado na filosofia de proximidade, que tem tido resultados muito positivos, isto porque apesar de se manter um contacto regular e direto com as populações, instituições e agentes locais numa base diária, sente-se a importância de, entre muitos outros afazeres e compromissos, dedicar uma semana de trabalho em que os corpos técnicos, os setores de trabalho da autarquia, têm a responsabilidade de pôr em ordem um conjunto de projetos, um conjunto de assuntos pendentes para poderem ser trabalhados sistematicamente, cada vez que se realiza uma sessão de reunião descentralizada.

O **Sr. Presidente** informa que na segunda-feira foi o momento de cada um dos serviços fazerem o ponto de situação dos pendentes referentes à presente freguesia. Na terça-feira de manhã, como habitualmente, realizou-se uma reunião de trabalho entre o executivo da União de Freguesias e os vereadores com pelouros, tendo sido possível abordar alguns assuntos que haviam sido sugeridos pela própria freguesia e pelo município, relativos a projetos e obras em curso, bem como conhecer outras necessidades priorizadas e sentidas no território. Atualizou-se a informação com base na devolução dos resultados do processo "Eu Participo!".

O **Sr. Presidente** aproveitou para tornar público que, na freguesia, os três projetos mais votados, até se poderia falar dos quatro, mas os três que se encontram preparados para execução - apesar do quarto estar já em fase de conclusão - foram as questões relacionadas com o saneamento na localidade de Cajados, o prolongamento da Rua 1º de Maio, a pavimentação da Rua Nova do Vale, em Águas de Moura e a questão da 5 de Outubro. O troço Norte também foi votado, mas já se havia dito que praticamente não valeria a pena, na medida em que a obra se encontra quase concluída, estando apenas em falta a sinalização horizontal.

Posteriormente fez-se o ponto de situação de uma obra que terá início dentro de uma a duas semanas. Na terça-feira, decorreu uma reunião de trabalho com a empresa, para se preparar o plano de segurança, bem como a programação da sua intervenção na empreitada. Trata-se de um projeto que tem o nome de Requalificação da Baixa Comercial de Águas de Moura e que, no fundamental, se trata de promover a ligação da Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em termos de acessibilidade, o passeio entre a Urbanização do Sobreiro e o centro da localidade, um passeio de um lado e doutro da Estrada Nacional 5 - mas que tem o nome do arruamento da Fundação Calouste Gulbenkian - e também o calcetamento, a ser executado em calçada grossa, da berma desse arruamento confinando com as moradias mais antigas que estarão a poente desse arruamento. Na prática, o projeto centra-se na melhoria das acessibilidades pedonais, no sentido de ligar também aquela zona da aldeia ao centro, à baixa comercial, com a eliminação de barreiras arquitetónicas, estacionamento, promovendo uma zona para circular de bicicleta na berma em conforto e colocação de sinalética. Este projeto terá uma outra componente mais baseada na campanha promocional e de dinamização do comércio local.

O projeto de saneamento de Cajados também foi apresentado ao executivo da União de Freguesias. O projeto encontra-se em curso, tendo sido já adjudicado. O programa preliminar aponta numa primeira fase para uma zona de intervenção centrada em toda a Rua 25 de Abril, na Travessa 5 de Outubro, e encontra-se igualmente em estudo, um troço na 1º de Maio. O projeto indicará qual a zona que poderá ter maior abrangência de ligação gravítica, também com estações elevatórias de bombagem. Estarão a ser tratados dois pontos de entrega, para se estudar aquele que será mais favorável, um direcionado para a ETAR da Gâmbia, no município de Setúbal, com quem já se contratualizou a possibilidade desta ligação, até porque previamente foi necessário obter o acordo técnico tácito, quer das Águas do Sado, quer do município, ou a ligação para os lados do Golf do Montado, que será mais extensa, mas que merece igualmente ser estudada, para que o projeto possa revelar o que será técnica e financeiramente mais exequível.

Em Fernando pó, depois da conclusão do Pavilhão Sede da Associação Recreativa e Cultural de Fernando pó, foi inaugurado em Agosto do ano passado, segue-se outra obra importante.

O **Sr. Presidente** deu nota também da elaboração do Projeto de Requalificação de Espaços Públicos, e arranjos exteriores da aldeia, em ambos os lados da linha férrea. No fundamental, trata-se de disciplinar e criar uma bolsa de estacionamento que já existe de forma informal, a criação passeios, zona de estar, melhoria da circulação para pessoas com mobilidade reduzida, a criação de uma rampa de acesso à gare, ao apeadeiro, e a colocação de elementos decorativos alusivos à vitivinicultura, são alguns dos principais aspetos a reter deste investimento. Bolsas para dois autocarros, visitação turística, etc. Esta obra será objeto de uma candidatura a fundos comunitários, que será submetida até final do mês de Março.

O **Sr. Presidente** refere que a senhora Presidente da Junta propôs que se estudasse a viabilidade de instalação, em Fernando Pó, de um Espaço de Jogo e Recreio, e também de alguns equipamentos tipo ginásio de ar livre, situação que o município está a analisar, por estar ligada à demografia, aos usos e também aos locais para o efeito, não se sabendo se ficarão dentro do presente arranjo ou se ficarão noutra edifício, que também está a ser alvo de análise, no âmbito de uma candidatura, que é o Núcleo Interpretativo da Vinha e do Vinho, na antiga escola de Fernando Pó, que poderá eventualmente vir a acolher estes equipamentos.

De igual forma debateu-se com os autarcas da freguesia, a necessidade de disciplinar o trânsito e o reforço da reposição de iluminação na zona do Bairro Margaça, junto ao "Café Pelixo", assim como outras questões relacionadas com cortes de árvores e outra vegetação, que estando em terrenos de domínio privado, estarão a pender para a via pública. São uma série de questões que foram recenseadas, sendo estes apenas alguns exemplos.

Analizou-se também uma proposta da Freguesia, para a construção de um acesso em rampa, à própria sede da Junta na localidade de Águas de Moura. Também foi abordada a substituição

da calçada na zona do Largo de São Pedro, que será efetuada em conjunto, Câmara e Junta, questões que foram já assumidas.

O **Sr. Presidente** informa que se voltou a analisar outras questões mais complexas. Deu nota também do projeto de reforço do muro junto ao Bairro Popular, estando por decidir se será a Câmara ou a Junta a fazê-lo. No caso de ser a Junta, por uma questão de conveniência de elaboração de procedimento, o município transferirá a verba para o efeito.

Analisou-se as questões relacionadas com a deposição de monos e verdes na freguesia, sobretudo nas zonas mais dispersas, problemática de sucessivo desrespeito, quer pelas quantidades, quer pelos dias de recolha que estão instituídos. No entanto, reconhece-se que a Junta tem uma proposta de zonamento e de períodos de recolha, necessitando do apoio da Câmara na divulgação, quer com a aposição dessa informação através de autocolantes nos contentores, quer também através de uma campanha que se fará, não só recorrendo a *flyers*, mas também fazendo chegar através de carta a quem tem contrato de água com o município, acompanhando a fatura, uma informação dessa natureza, para tentar obter alguma colaboração por parte dos cidadãos nesta matéria. Naturalmente também se irá intervir ao nível da fiscalização. Existem reuniões marcadas entre a senhora Presidente da União de Freguesias e o senhor Vereador do pelouro, que procurarão controlar alguns depósitos abusivos e quantidades que não são admissíveis.

Efetou-se uma visita ao cemitério de Águas de Moura, onde o **Sr. Presidente** recordou, ter sido resolvida no mandato anterior a questão da dominialidade e da propriedade, tendo entretanto a cedência sido feita à freguesia. Avaliou-se no terreno o espaço de intervenção para a sua ampliação, que poderá ocorrer, quer a nascente, quer a poente – salvaguarda a questão de poder não ter referido corretamente os pontos cardeais.

Dando continuidade, disse que uma das zonas determina a elaboração de um projeto de contenção de terras, sendo portanto necessária uma intervenção de projeto de Engenharia. Para o lado poente existirão condições para a Junta avançar com o alargamento do muro. Mas refletiu-se, sobretudo, sobre um aspeto interessantíssimo, sendo que o cemitério já está se encontra nessa condição há uma série de anos, mas de facto, não existe fornecimento de energia elétrica, pois está a uma distância muito considerável do fim da linha da energia elétrica da localidade. Existirão outras soluções, nomeadamente com o recurso a energia solar e fotovoltaica, que serão tidas em consideração, sobretudo para dar alguma iluminação ao parque de estacionamento, e não só.

Durante o período da manhã, como habitualmente, foram feitas visitas a empresas, a instituições, a locais em obra, bem como a outros a precisar delas. Foi convidada toda a vereação e a comunicação social para acompanhar as visitas.

Visitaram o Cantinho da Milú, uma Associação Protetora dos Animais, que faz um trabalho notável de fazer envergonhar as entidades públicas, abrigando centenas de animais, tendo-se verificado serem muito bem tratados, e que de facto existe um conjunto de entidades, de famílias e particulares, que não conseguem manter os animais e, têm-se socorrido deste trabalho. É uma Associação que já foi apoiada pelo município financeiramente, com a qual existem também algumas iniciativas de colaboração. Decidiu-se, e bem, continuar o trabalho e ir mais longe.

O **Sr. Presidente** deu nota da dimensão do trabalho e da dimensão das necessidades, a fim de mobilizar os cidadãos e as cidadãs a apoiarem estas instituições. Informa que os animais consomem trezentos e sessenta quilos de ração normal por dia, não falando na necessidade de alguns animais carecerem de uma ração dietética medicinal, e terão custos de funcionamento e de manutenção, na ordem dos dois mil euros diários. Sabe-se que a Associação tem sobrevivido com muito voluntariado, com muito apoio dos cidadãos, de empresas, também alguns apoios do município, esperando que as parcerias prossigam, até porque existe a intenção de, depois de adquirida uma parcela de terreno contígua, venha a ser construída uma clínica Veterinária, para dar apoio aos animais acolhidos no espaço e também apoios de emergência.

De seguida confirmou-se o investimento que se está a fazer na Rua 5 de Outubro, cuja pavimentação ascendeu aos cento e sete mil euros, estando apenas em falta a sinalização horizontal.

Visitou-se a Escola Básica de Cajados, onde foi apresentada à Direção da Escola e à restante comunidade escolar - calculando o **Sr. Presidente** ter entretanto havido uma reunião com a Associação de Pais - o projeto que se desenvolveu para o logradouro, que irá dar resposta a mais do que o apresentado noutra sessão ocorrida nesta sala, que seria a questão da substituição do areão nas superfícies de impacto. Mas irá mais além. Será feita uma intervenção de fundo em todo o logradouro, mesmo noutros tipos de pavimentos, contempla também a revisão dos equipamentos lúdicos e, portanto, pensa que o projeto será do agrado, baseando-se na informação que chegou de toda a comunidade escolar e educativa. A verba necessária já terá ultrapassado bastante o valor previsto no orçamento, pois inicialmente a intervenção seria apenas na zona da superfície de impacto, que custaria menos de metade do valor, mas já que se irá fazer intervenção, valerá a pena, até porque existem zonas que depois a convivência das areias com o MPDF não lhe dará durabilidade. É um investimento que já estará de momento com aquela conceção, na ordem dos setenta e dois mil euros e cujo compromisso já foi efetuado, até porque está previsto para reforço de Orçamento em revisão, a executar durante as férias grandes letivas. Não será possível fazê-la antes não só por questões orçamentais, mas também pela programação de trabalho e, pelos *timings* das empreitadas.

Continuando no tema da Educação aproveitou-se para passar pelo grande investimento, o mais volumoso que já não era feito há muitos anos na freguesia, dado que atingirá os seiscentos e cinquenta mil euros, que é a Escola Básica de Águas de Moura. Uma escola que fica preparada para o futuro, fica preparada também para atrair mais famílias para deixarem os seus filhos nesta localidade e nesta freguesia. Esta requalificação e ampliação está a decorrer a bom ritmo, é um projeto participado tendo-se conseguido cerca de cinquenta por cento de participação do Programa "Portugal 2020". Para além do edifício antigo que está a ser completamente modernizado e remodelado. Está-se, na prática, a construir um novo edifício, com trezentos e cinquenta e três metros quadrados, dispondo de cozinha, de uma sala tipo multiusos que permitirá refeições, permitirá expressão físico-motora, biblioteca, salas de trabalho para professores, mobilidade reduzida, telheiros, espaço de jogo e recreio, ou seja, existirão mais zonas cobertas, assim como um Logradouro excecional, sendo considerado um investimento que valerá a pena.

Depois, no domínio da atividade económica, voltou-se a uma das empresas mais antigas da freguesia, a FIT – Fomento da Indústria do Tomate, S.A. que, como se sabe, é uma empresa que se encontra no concelho e na freguesia desde os anos 50 do século passado, e será importante perceber que a FIT, que é onde os agricultores do concelho entregam a produção do tomate, tem hoje investimento estrangeiro na empresa, que faz com que a mesma tenha vindo a adaptar-se às exigências do mercado, em particular do mercado asiático e japonês, onde se verifica muito investimento em inovação e desenvolvimento. Existe um conjunto de produtos que se desconhecia antes da presente visita, alguns produtos até, de topo de gama, desde cerveja a partir de tomate, *shots* e bebidas de tomate, que chegam a ser mais caras que o champanhe francês, e isso traz valor acrescentado para o país nas exportações. E regressou-se à FIT, porque existem alguns projetos de modernização das suas instalações e de adaptação também aos novos desafios do mercado internacional, e estarão a desenvolver um projeto que o município está a acompanhar há pelo menos dois anos, com muito trabalho técnico. Já foi objeto de alteração ao PDM – Plano Diretor Municipal, e está a ser objeto de negociação da alteração da REN – Reserva Ecológica Nacional, com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, com a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa, para a construção de uma ETARI – Estação de Águas Tratamento de Resíduos Industriais - que só para a ETARI, serão três milhões de euros. É um projeto que aguarda a decisão da CCDR e da APA, para se iniciar. Pretendiam iniciar em Janeiro, embora seja difícil cumprir esse calendário, mas no global, o importante que apraz registar, é que a empresa para além de continuar a ser importante, não só para receber a produção de tomate dos agricultores, quer das freguesias do concelho, quer de outros concelhos vizinhos, ela tem que apoiar também os agricultores na investigação e desenvolvimento, no caso do controlo de pragas e até no apuro da produção. Encontra-se igualmente no bom caminho em relação à qualificação dos seus produtos, com um

investimento considerável, e necessita de pessoas para trabalhar, o que não obstante ser necessário sobretudo numa zona, na sazonalidade do Verão, em que passa de duzentos e dez para seiscentos trabalhadores, existindo neste momento necessidade de recrutamento, e isso será bom sinal.

Terminou-se a manhã no Centro Comunitário de Águas de Moura, que já sofreu intervenções, numa primeira fase, para se colocar o edifício a funcionar ao serviço das associações residentes e para a realização de algumas iniciativas promovidas, quer pela comunidade, quer pelo município. O projeto para aquele local, que se está a candidatar também a fundos comunitários, irá implicar uma candidatura em obra a rondar os quinhentos mil euros. Trata-se de tornar o edifício acessível, a questão do elevador, dos acessos aos dois pisos, de remodelar o espaço multiusos mantendo a distribuição dos espaços, transferindo a biblioteca para a entrada principal do edifício, construído ali a parte da biblioteca com uma zona de apoio ao Centro de Recursos para a Juventude, salas de formação, e será mantida a Loja Social no edifício, que ficará localizada na zona a tardoz, junto ao espaço que está cedido a uma das associações ligada ao teatro.

Visitou-se, ainda, a zona da Baixa Comercial a intervencionar, já anteriormente anunciada.

Estarão previstas para o dia seguinte à presente reunião, reuniões com as associações culturais, desportivas e outras, exceto as da área social, dado que foram efetuadas no ano passado. No final desse mesmo dia realizar-se-á uma reunião com comerciantes de Águas de Moura, a propósito de um projeto que tem estado a ser desenhado também com a Junta, em torno da ideia do mercado rural e da dinamização comercial, para abordar também as questões do desvio do trânsito, cuja resposta se aguarda por parte das Infraestruturas de Portugal.

O **Sr. Presidente** refere que, dentro de momentos, passará a palavra às senhoras e aos senhores munícipes, para que possam apresentar as suas questões. Não menos importante, informa que para questões mais concretas de processos, todos os eleitos que têm pelouros - porque serão os elementos que poderão responder e assumir compromissos na resolução de assuntos - estarão ao dispor das senhoras e dos senhores munícipes, na sexta-feira de manhã, mediante marcação, para realizarem os atendimentos descentralizados em Águas de Moura, quer na sede da Junta, quer nas instalações do Centro Comunitário.

O **Sr. Presidente** justifica que nas reuniões descentralizadas faz discursos longos, pois transmite todas as informações necessárias, para que os munícipes fiquem com a noção do trabalho que os eleitos desenvolvem, durante as visitas mencionadas.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sr. Carlos Nascimento (1.)

Cumprimenta os presentes e agradece a oportunidade de estar presente, mesmo pertencendo a outra junta de freguesia.

Refere que vem dos Brejos do Assa, mais concretamente da Rua dos Marinheiros. Disse ter remetido uma carta à Câmara, à atenção do senhor Presidente, solicitando permissão para a ler, tendo o Sr. Presidente concordado.

Citou: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Palmela, somos um grupo de cidadãos a seguir devidamente identificados e moradores na Rua dos Marinheiros, em Brejos do Assa, Palmela. Senhor Presidente, as razões desta nossa exposição são as seguintes: todos nós somos moradores na Rua dos Marinheiros e sentimos, não só na carteira, carros com suspensões estragadas, casas todas empoeiradas, sujas, etc., como também o nosso corpo, infeções nos olhos derivado ao pó e até, acidentes de viação com ferimentos graves, já aconteceu. Senhor Presidente, gostaríamos que nos fosse dada uma justificação credível, aceitável, uma vez que o eleito autárquico da Junta de freguesia, o anterior, Junta de Freguesia de Palmela, nunca o fez e nós gostaríamos de saber o seguinte: porque razão Rua dos Marinheiros foi arranjada, alcatroada, limpa, só até à porta de alguns munícipes? Porque razão a Rua dos Marinheiros que é uma rua que só pelos moradores que tem, e além de ser uma rua que é alternativa à estrada municipal, para quem vai ou vem do Golf do Montado, e que de manhã e ao fim do dia faz circular muitíssimos veículos, não é totalmente alcatroada? Será que na Rua dos Marinheiros habitam cidadãos de 1ª e cidadãos de 3.ª? Senhor Presidente, gostaríamos que a razão que nos leva a expor toda esta situação, fosse uma das suas preocupações, tenho uma nota em baixo, que a Rua dos Marinheiros tem cerca de mil metros e foi alcatroada trezentos metros."

Após a leitura da carta, o **Sr. Carlos Nascimento** questiona se no orçamento da Câmara, existe previsão para a resolução do problema apresentado, que diz começar a ser grave, porque é já impossível circular naquela estrada, principalmente quando chove.

Sr. José Pedro Pereira (2.)

Cumprimenta todos os presentes.

Refere que mora na Rua do Futuro, em Águas de Moura, e começa por dizer que “fico a pensar que se às vezes, vale a pena vir a este tipo de reuniões, não venho só por vir, ou só para chatear, trarei sempre os mesmos, ou outros assuntos até estarem resolvidos, sou um persistente ativo.”

Agradecendo o uso da palavra, continuou dizendo que existem assuntos que nem vai colocá-los dizendo que “já têm barbas, desde há um ano”, porém, há mais de dois meses – esteve no dia sete de Novembro no Poceirão, e no dia oito em Águas de Moura, e terão ficado de o contactar para se deslocarem ao local, a fim de verem as situações, como a Rua do Futuro e a Estrada Fernão pó, etc., somente para as localizar melhor, e não o fizeram.

O **Sr. José Pedro Pereira** apresenta entretanto outras situações, que diz ter verificado à data da presente reunião, tais como a existência de uma placa em cartão, colocada num sinal de passadeira junto aos Correios, a indicar “Autocaravanas”, ou seja o Parque de Autocaravanas. Questiona se não será possível retirar dali aquela placa de cartão e colocar uma placa “digna de merecedora” do espaço informativo a direccionar o local.

Continuando a sua exposição, disse existirem dois Centros de Saúde, de Unidade de Cuidados de Saúde, na União de Freguesias, sem uma indicação da sua existência. Disse já ter falado pessoalmente com a Senhora Presidente da Junta, pensa que esta já terá colocado esta questão ao Sr. Presidente, mas como veio participar na reunião, entendeu colocar novamente a questão.

Passando a outra questão, pergunta se será possível colocar iluminação de chão, a iluminar o sobreiro “que é considerado um monumento com mais de 200 anos”. Disse existirem placas de facto a indicar a localização, mas que à noite não se vê o sobreiro.

Apresentando outro assunto, disse que junto à Rua do Futuro existem duas tampas de esgotos partidas junto às dobradiças, e cada vez que os veículos ali passam durante o dia, até mais à noite, produzem um barulho insuportável. Disse que brevemente “se aquilo não for tratado, as tampas vão partir, vão ruir e vai causar um acidente grave ali”.

Aproveita para referir que junto às mesmas tampas, junto à Rua do Futuro, existe um muro vedado, para evitar, supostamente, que alguém entre lá dentro, e que tem umas trepadeiras, que estão a subir o poste da Luz e o próprio PT está quase tapado. Para além de tapar a visibilidade a quem sai da rua, obriga os peões a vir para a estrada. Questionou se não existiria a possibilidade da Câmara notificar o proprietário para proceder ao corte das trepadeiras. Disse: “porque parece-me que segundo a conversa, é que não tem onde colocar, portanto, depois de cortar onde é que vai depositar.”

O **Sr. José Pedro Pereira** disse não ter sabido responder a esta questão, pois o aterro sanitário está fechado. Disse acontecer igual situação com as oliveiras na estrada de Fernando Pó, “do lado esquerdo quem vai para cima antes de chegar à estação de tratamento, estão ali

umas oliveiras, que aquilo ocupa já quase a via, penso que passaram lá hoje de manhã, segundo suposto e que devem ter visto tal e qual como eu”.

Outra questão que apresenta, tem a ver com a questão de quem circula, vindo de Fernando Pó e atravesse a linha, vire logo à esquerda, quem vá apanhar a estrada que vai para o “Zé Carreira”, nessa rua quem sobe, deveria levar ali umas placas refletoras, crê que para a esquerda e para a direita de rua dizendo que “ a semana passada outro acidente lá houve, com um veículo que quase ficou dentro da linha do comboio”. Disse já ter falado na situação numa última reunião, e pensa que qualquer dia dar-se-á um trágico acidente naquela zona, por falta de informação e por falta de alguma iluminação.

Sobre o assunto que o Sr. Presidente referiu no âmbito da ampliação do cemitério, o **Sr. José Pedro Pereira** questionou sobre o edifício da capela. Disse acreditar não ser da responsabilidade da Câmara, certamente, mas será da responsabilidade de alguém. E questionou: “O que fazer àquele edifício? É para deixar cair? A ampliação vai suportar ali aqueles custos? O que é que, portanto, vai ali acontecer?”

Termina a sua intervenção manifestando congratulação com este tipo de iniciativas que os eleitos promovem, dizendo ser importantíssimo a população estar presente, lamentando no entanto, a baixa adesão à reunião.

Sr. Nuno Passos (3.)

Cumprimenta todos os presentes.

Deu início ao uso da palavra informando que é residente na Rua 9 de Março, e ter duas questões para apresentar ao Sr. Presidente.

Disse: *“Entre a Rua 9 de Março e a 5 de Abril, acabada de ser alcatroada, existe uma Travessa que é a Travessa 9 de Março, que estamos a falar de trezentos metros, não tem mais do que isso, que é, e vai passar a ser, se não houver espaço para isso, o único aceiro de terra batida que Cajados vai ter. Analisando friamente a situação, seria mais um elo de ligação à Rua 5 de Abril, que vai até ao “Mar Até Cá” que é um dos pontos de referência que Cajados tem”. A questão é saber se irão proceder ao alcatroamento daqueles trezentos metros.*

A outra situação que expôs prende-se com saber se existirá hipótese de, em conjunto, criar uma entrada diferente na Rua das Caixinhas, que vai para o Golf do Montado, dado que a que existe localiza-se num ponto alto, dando origem a vários acidentes, alguns com grande gravidade. Na sua opinião, diz que deveria de existir uma ação de sensibilização com placas, com barreiras e criar-se uma alternativa à entrada da rua em causa, por ser uma entrada estreita, e que *“que vai dar mais uma vez a um ponto de referência, aqui da zona Cajados”.*

Sra. Catarina Custódio (4.)

Cumprimenta todos os presentes.

Refere que é moradora na travessa 9 de Março há quatro anos e que os problemas têm-se mantido, os mesmos até à data. Quando foi morar para aquela zona, tanto a Travessa 9 de Março como a Rua de Cima, eram as únicas que não eram alcatroadas e que há pouco tempo, a Rua de Cima que vai dar ao salão de chá "Mar Até Cá" foi alcatroada, continuando a sua de terra batida.

Refere que a sua casa é a única em que se entra efetivamente na rua em causa, e devido à obra que foi efetuada com o alcatroamento já referido, foi executada uma vala de escoamento da água, que faz com que toda a água que vem de cima quando chove, entra noventa e cinco por cento, dentro do seu portão, e diz ter de ser a munícipe juntamente com a sua mãe, todos os dias à noite, ou na manhã do dia seguinte, fazer com uma pá uma vala para a água efetivamente não entrar dentro do seu portão, porque muitas vezes chega a colocar em causa a abertura do portão, causando um transtorno nas suas vidas.

Faz entretanto referência à situação contrária. Quando não chove, a estrada sendo de terra batida, e sendo que as pessoas circulam nas suas viaturas a grande velocidade, provavelmente impulsionadas por a rua ser a descer, levanta-se muito pó. Os carros estão permanentemente sujos, as casas permanentemente sujas, e não podem sequer ter a roupa estendida a secar no estendal. Acreditando que fala por todos os vizinhos, questiona o porquê das outras três estradas do cruzamento estarem alcatroadas e a sua não estar.

Aborda, entretanto, uma última questão. O caso da iluminação que não existe naquela rua. Existem os candeeiros, mas à noite as luzes não acendem. Após deslocação de manutenção ao local, como refere, e desconhecendo se estará a cargo da própria EDP, ou a cargo da Junta ou até mesmo da Câmara, as luzes estão um ou dois dias a funcionar, mas depois voltam a apagar e não voltam a acender. Diz já se terem deslocado à Junta, que informou ser uma responsabilidade da própria EDP, e contactada a EDP, esta diz que vai enviar equipa para verificação, mas que não chegam a ir. Diz que a situação exposta é perigosa, uma vez que a zona tem muitos jovens estudantes, que no regresso na casa às sete, oito da noite, já é noite cerrada e não se vê nada. Fica em perigo quem circula a pé, mas também quem circula de automóvel.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Múnicipes, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta ao Sr. Carlos Nascimento (1.), o **Sr. Presidente** refere que as reuniões da Câmara são públicas, qualquer pessoa de qualquer ponto do concelho, pode e deve intervir, não obstante ser uma reunião descentralizada. Em resposta à primeira questão colocada, o

Sr. Presidente informa que recebeu a referida carta, e que tinha intenção de marcar atendimento com o senhor, mas para isso não será só uma questão de agenda, mas sobretudo uma questão de recolha da informação, e por isso não havia ainda efetuado a marcação. Ainda assim, o **Sr. Presidente** adianta que o motivo pelo qual a rua em causa não foi pavimentada apenas naquele troço, tem uma razão simples, que tem que ver com a definição do perímetro urbano da localidade. O **Sr. Presidente** refere que quando chegou à câmara em dois mil e nove, estavam a decorrer as obras do saneamento, que infelizmente só recentemente, ou se calhar, felizmente, é que se passou a poder-se fazer as ligações, já existindo autorização para o efeito, nos sítios que estão infraestruturados, e que estavam igualmente a ser feitos, os prolongamentos de alguns arruamentos e, na altura, a opção que o município tomou foi essa, até porque parte do arruamento, pensa que vai ligar um concelho vizinho, numa estrada que não consegue identificar de momento, e foi essa a explicação que os serviços técnicos e que os eleitos deram na altura.

O Sr. Carlos Nascimento interrompe a palavra do **Sr. Presidente** dizendo que o concelho é o mesmo, que é uma estrada que vai como alternativa da Rua Principal ao Golf do Montado, tendo o **Sr. Presidente** informado que posteriormente se fará a averiguação, recorrendo à cartografia, e prossegue dizendo que as prioridades dos asphaltamentos vão até aos limites das infraestruturas, no perímetro urbano. A partir daí, vão-se fazendo à medida que exista possibilidades para tal, ou prolongar as infraestruturas enterradas primeiramente, ou então fazer-se só o asphaltamento como se tem vindo a fazer.

O **Sr. Presidente** refere ainda que, habitualmente, solicita que se faça outro tipo de estudo antes de efetuar atendimento aos munícipes, que se enquadra em questões que geralmente são colocadas nestas reuniões, do género, "Ah, porque é que eles asphaltaram aquela e não asphaltaram a outra?". Informa que, em primeiro lugar, dizer que o que se tem asphaltado, tem sido o que os munícipes têm priorizado, até nos processos do "Eu Participo!". Convida o Sr. Carlos Nascimento a participar em Abril, juntamente com os moradores da sua rua, e propor o asphaltamento da rua.

O **Sr. Presidente** é novamente interrompido pelo Sr. Carlos Nascimento, que diz "*com algumas promessas*". O **Sr. Presidente** não compreende a questão levantada ao que o Sr. Carlos Nascimento responde "*Promessas. Vai-se alcatroando aos bocados, dizem que alcatroam agora uma parte, e depois outra, porque é que não dizem logo tudo?*". O **Sr. Presidente** responde que lhe prestou uma informação e questiona "*O senhor está a chamar-me mentiroso?*", ao que o Sr. Carlos Nascimento responde que não.

O **Sr. Presidente** acrescenta "*o senhor participe, e depois de participar faça o seu juízo de valor. Na segunda-feira estivemos precisamente a apresentar os resultados do "Eu Participo!" aos nossos munícipes e portanto vale a pena participar*". Referiu que é necessário fazer uma

análise também das prioridades, porque não se faz somente aquilo em que as pessoas votam mais no “Eu Participo!”, existem no programa de mandato questões que não precisam ir ao “Eu Participo!”, que estão definidas como prioritárias porque se reconhece a sua prioridade, e acrescenta: “porque também quem disser ao senhor, ou a outra pessoa qualquer, que alcatroa os aceiros todos que temos, no concelho mais extenso e com a maior rede viária pública, da Área Metropolitana de Lisboa, o senhor só acredita se quiser, não é? Agora o que lhe digo é o seguinte: é que nós costumamos estudar outras coisas primeiro, condições para haver mais construção no local, habitações licenciadas, e eixo de ligação, porque também posso dizer que, às vezes não é só o número de habitações, já o disse em várias sessões públicas, estão aqui pessoas que me ouvem dizer muitas vezes, fazemos asfaltamento onde não mora muita gente, mas que são eixos de ligação que podem servir de escapatória ao trânsito a outras estradas e, portanto, o que lhe quero dizer é que são analisados com todos os critérios e que as opções que tomamos responsabilizamo-nos por elas e explicamos às pessoas quando fazemos e quando não fazemos.”

O **Sr. Presidente** refere que o Município apresentou um assunto novo e que este e os seus vizinhos, terão todo o direito de suscitar e de reclamar o asfaltamento do arruamento em causa. O Assunto será analisado e serão recebidos pelo **Sr. Presidente**, quando tiver reunido toda a informação, até lá, deixa o convite para que participem no “Eu Participo!” em Abril, pois existem grupos de moradores que conseguiram que as suas propostas de intervenção fossem consideradas e votadas pela cidadania, sendo isso a Participação e Cidadania.

- Em resposta ao Sr. José Pedro Pereira (2.), o **Sr. Presidente** reforça que o Sr. José Pedro Pereira pode e deve continuar a participar, com pequenos e grandes assuntos, serão todos pertinentes, não terão é que estar de acordo sobre a sua importância e prioridade, porque os técnicos também avaliam aquilo que consideram ser prioritário, e porque não existem só sumidouros e tampas partidas na Rua do Futuro, existem em muitos sítios. Refere que as questões trazidas pelo Sr. José Pedro Pereira encontram-se recenseadas, “não estão em saco roto” estarão registadas numa tabela onde é monitorizada a execução. No caso da Rua do Futuro, estão assinaladas a questão dos sumidouros e a questão das tampas, que serão alvo de análise técnica.

O **Sr. Presidente** em relação à questão da placa das autocaravanas transmitiu que, em reunião com a União de Freguesias, foi abordado o facto de não existir naquele local um parque consolidado de autocaravanas. Funciona ali a escola transitivamente. A União de Freguesias é responsável pelo espaço e conhece a disponibilidade da Câmara até para fazer outro tipo de sinalética, de texto e de regulamento de utilização, bem como de placas em três línguas estrangeiras. Transmite que, contudo, só se justificará falar em autocaravanas depois de

terminarem as obras da escola e sendo a União de Freguesias a legítima detentora do espaço, fará daquele espaço aquilo que entender. Informou ainda sobre a existência de uma candidatura ao ProDer – Programa de Desenvolvimento Rural, para consolidar o resto do espaço, tendo uma série de questões para resolver e depois o município fará uma sinalética em condições, mas até lá, o espaço tem sido aberto a autocaravanistas. Acrescenta que se fará sinalética quando tudo estiver a funcionar em condições.

O **Sr. Presidente** alertou que será fácil em determinadas alturas e determinados anos, alguém dizer que vai fazer um parque de caravanas, faz uma “coisa” com esgotos a irem para a vala, faz uma “coisa” com água que toda a gente pode gastar e ninguém paga, mas entende que valerá a pena criar um parque de autocaravanas, que faz falta no concelho e que está muito bem localizado, mas fazer uma “coisa” a sério. O Sr. Presidente acrescenta que já foi transmitido à União de freguesias qual será o nível de parceria e de responsabilidade que a Câmara pretende, para fazer ali um parque em condições, mas para já, importa deixar o espaço ficar liberto da ocupação transitória com os contentores, salas de aula onde as crianças estão, até se concluir a obra da escola.

O **Sr. Presidente** em resposta ao pedido de iluminação no sobreiro, informa que trata-se de uma espécie superprotegida. A própria intervenção da estacaria que foi feita para delimitar acessos indevidos debaixo da copa do sobreiro, teve de ser estudada e autorizada pelo Instituto e Conservação da Natureza e Florestas, para não existir o risco de tocar em raízes do sobreiro. A Câmara encontra-se disponível para estudar a possibilidade de colocar projetores, se o INCF autorizar, no entanto, informa que iluminação enterrada no chão não será possível, mas existirá disponibilidade para avaliar as opções disponíveis, se se entender que é uma questão prioritária. Para a Câmara o que foi prioritário foi dar divulgação internacional - e é entretanto mais visitado - visibilidade com sinalética e proteção, e enquadramento paisagístico ao local. Acrescenta que a sugestão apresentada pelo Sr. José Pedro Pereira será uma boa ideia, será para analisar, mas existem outras prioridades para aquele local.

O **Sr. Presidente** refere que em relação ao muro, trepadeiras, PT, oliveiras, abordou estas questões na introdução. Foram analisadas, fazendo prova da preocupação da Junta com o assunto, que também já é do conhecimento da câmara, sendo que o Sr. Vereador terá já inclusive, questões na fiscalização para resolver, porém, estas questões da fiscalização, e de intervir em árvores e outras “coisas” que se encontrem em propriedade privada, são muito complexas, até ao momento em que se possa tomar posse administrativa e aí, faz-se, mas esta questão envolve *timings*, para que no dia em que se entre em domínio privado, não se passar de acusadores, a réus, com base em experiências do passado. O Sr. Presidente conclui que estão a ser efetuadas as diligências legais, para posteriormente se poder intervir, numa situação que já se verifica há demasiado tempo.

O **Sr. Presidente** no que toca à colocação de placa refletora, informa que a leitura efetuada em termos técnicos do local, não se considera ser essa a razão para os acidentes, no entanto, existe a disponibilidade de estudar o assunto.

O **Sr. Presidente** relativamente ao cemitério, edifício da capela, informa que este não está assinalado como prioritário. A prioridade foi ter terreno para o cemitério e ter possibilidade de nunca faltar espaço para. Aquele espaço tem naturalmente interesse patrimonial, mesmo na visita efetuada o compromisso que se assumiu foi, verificar junto do setor de património, a recuperação da informação sobre o imóvel, porque pensa que estará classificado. Transmitiu ainda a quem esteve presente na visita, que se houvesse uma candidatura, um programa a fundos comunitários ou outros, para a área do património a que se pudesse concorrer, a câmara encontra-se preparada para o fazer, seja para "isso" seja para a Ponte do Zambujal, o problema é que não abriu qualquer Programa, embora até final dos ciclos dos fundos, às vezes se verifique um *overbooking* que depois se redefine prioridades. Acrescenta que gostariam, não que se tornasse um local de culto, mas que se tornasse um local de visitação. Procurar-se-á também contribuir para a solução, porque tem História e porque começa ali até, a identidade da freguesia de São Pedro da Marateca, homenagem ao Santo padroeiro.

_ Em resposta ao Sr. Nuno Passos (3.), o **Sr. Presidente** refere que existe uma questão política, que é igualmente uma questão pedagógica, que o concelho tem novecentos e vinte quilómetros de caminhos considerados públicos, dos quais estão quinhentos e quarenta alcatroados. Só para fazer a manutenção dos caminhos alcatroados o orçamento durante vinte anos não permitiria fazer mais nada, se se repavimentasse tudo e, no entanto, tem-se estado todos os anos a fazer vários quilómetros de asfaltamentos e vão sendo feitos com base nos critérios de prioridade, de acessibilidades, etc., com questões relacionadas também com a demografia. Acrescenta que deverão considerar que existem caminhos que nunca deveriam ter sido alcatroados, assim como existem propriedades que nunca deveriam ter sido emparceladas e criados novos lotes para construção, porque essa é uma vicissitude deste território, existem territórios mais extensos do que o de Palmela. Odemira, Alcácer, Santiago do Cacém, também têm muitos quilómetros, não têm é a dispersão que tem o concelho de Palmela. O processo de emparcelamento que vem "desde o tempo do Barão de São Romão e de José Maria dos Santos", foram quintinhas, foi-se emparcelando, emparcelando, e foram-se criando muitos arruamentos, felizmente, consolidados após o 25 de Abril.

- Em resposta à Sra. Catarina Custódio (4.), o **Sr. Presidente** refere que no espaço de quatro anos, tem a 5 de Outubro de um lado, que teve a repavimentação da 9 de Março do outro, Vale da Abrunheira, não se poderá dizer que parece que não mudou nada. Informou que existe

disponibilidade para equacionar a travessa de 9 de Março, como o prolongamento da Rua dos Marinheiros, como muitas outras solicitações, tendo em consideração que nestas matérias, tem que se efetuar sempre a análise de quantas pessoas aí vivem, a legalidade do edificado, se as pessoas que estão a confinar com esse arruamento estarão disponíveis, às vezes, para ceder terreno, ora se as pessoas querem as coisas alcatroadas, também terão de colaborar, e quando diz “não, mas no PDM, o senhor não tem o afastamento do muro de 6 metros e meio ao eixo da via, isso depois ninguém quer”. Sugere que poderia ser um critério “olhe, só se faz se o pessoal recuar. Só se faz se o pessoal legalizar as coisas”, mas não.

O **Sr. Presidente** recorda, entretanto, que em relação à Rua dos Marinheiros, pretendia ter informado que solicitou, para a presente reunião, a estimativa orçamental, uma vez que também considera importante falar de números com as pessoas, para que possam perceber que o orçamento é finito e, portanto, que é necessário proceder à programação e assumir compromissos, ou não, porque se algo não tiver condições para, justifica-se e assume-se a condição, contudo, tem sido possível criar o compromisso, planificar e cumprir.

O **Sr. Presidente** retoma a resposta à Sr.ª Catarina Custódio, informando que existe disponibilidade para analisar a travessa 9 de Março e conhecer as prioridades. No entanto, considera que muito urgente será verificar a questão do encaminhamento de águas, porque naturalmente este encaminhamento terá sido bem feito do ponto de vista técnico, seria para ali que seria a drenagem, porém, se calhar, o próprio aceiro necessitará de um tratamento de valetas e, eventualmente, de umas manilhas à porta, na entrada do portão, que pode ser feito até que chegue o dia em que seja alcatroado, porque uma coisa não impedirá a outra.

O **Sr. Presidente** solicita à senhora Presidente da União de Freguesias que sinalize o assunto com o encarregado da rede viária da Câmara, dado este ter vários atravessamentos hidráulicos para fazer na freguesia. Solicita igualmente à Sr.ª Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território, que registre a necessidade de deslocação ao local, para análise da situação.

O **Sr. Presidente**, sobre a questão da iluminação pública, informa que tem-se abordado o assunto com o Sr. Vereador, embora a responsabilidade não seja sua, uma vez que este reporta a situação à EDP. Partilha ainda a linha número 800 506 506, que é gratuita, e que deverá ser utilizada para insistência no assunto. Deixa entretanto um repto ao Sr. Vereador para que questione se a rede na zona, uma vez que se registam tantas situações de apagamento, talvez exista outro problema que não de lâmpadas. O Sr. Vereador confirma, na mesma altura, ter efetuado nova ocorrência no preciso momento do discurso.

O **Sr. Presidente** recorda que situação semelhante ocorreu no Poceirão, em que se julgava ser um problema de lâmpadas e, na realidade, detetou-se posteriormente existir um troço que ainda possuía os quatro fios, que ao tocarem uns nos outros sob a ação do vento, provocavam

o apagamento. Foi entretanto substituído pelo cabo trançado e deixou de existir esse problema. Conclui que por vezes não será apenas uma questão de substituição de lâmpadas, mas sim da reabilitação da própria rede.

O **Sr. Presidente** conclui que todas as questões que foram apresentadas serão alvo de análise detalhada, e que será feita a devolução de algumas das matérias em próximos encontros, que ocorram na presente freguesia, ou não. No caso do Sr. Carlos Nascimento, tratando-se de um abaixo-assinado, as pessoas constantes no mesmo serão convocadas para se conversar à mesa, com todos os dados.

O **Sr. Presidente** interroga se existe mais alguma questão antes de dar por encerrado este período.

Não se verificando a existência de mais questões, o Sr. Presidente agradece a participação dos senhores munícipes e propõe que se entre no Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. **Moção (Pelo Investimento Público na rede de Equipamentos Sociais)** apresentada pela CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Vereador Adilo Costa cumprimenta os presentes, bem como as pessoas que seguem a reunião via *internet*, e passa à apresentação da Moção:

MOÇÃO (Pelo Investimento Público na rede de Equipamentos Sociais)

"Na Constituição da República Portuguesa, no Artigo 63º, nº 5, está consagrada a importância vital e estratégica do setor social e solidário na concretização dos objetivos de solidariedade social e na prossecução das respostas sociais. No decorrer das últimas décadas, o país viu crescer um número considerável de Instituições Particulares de Solidariedade Social registando-se o alargamento significativo da rede de equipamentos sociais, com diferentes valências, assumindo estas uma importância social e económica de relevo junto das comunidades onde estão inseridas.

Intervindo a partir de uma relação de compromisso e de cooperação com o Estado Central, as instituições do setor social e solidário apresentam-se como um pilar fundamental na resposta às comunidades, pela sua proximidade e capacidade de resposta às situações de fragilidade social, promovendo o princípio da diferenciação positiva.

Contudo, para que estas instituições reúnam os necessários meios para dar continuidade ao seu importante papel e para que possam, ainda, responder com qualidade e de uma forma integrada à emergência de novas necessidades das comunidades, que decorrem, entre outras, do envelhecimento da população e do significativo aumento da esperança média de vida, é crucial a existência de programas de investimento e de uma verdadeira estratégia de apoio e de cooperação por parte da Administração Central.

Presentemente, urge a requalificação de uma rede existente, com equipamento sociais entretanto construídos mas que necessitam de novos investimentos para que, dignamente, possam adaptar-se às novas necessidades das famílias, assim como é prioritária a construção de novos equipamentos sociais em zonas claramente deficitárias de respostas sociais, localizadas em territórios rurais ou periurbanos que, lamentavelmente, não beneficiaram de investimentos públicos ou comunitários.

No âmbito do programa de investimento do "Portugal 2020", à exceção de algumas medidas de apoio, é claro o *deficit* de verbas disponíveis destinadas ao investimento em equipamento sociais para o setor social e solidário, facto que é sobremaneira agravado pelas taxas de cofinanciamento aplicadas à região de Lisboa, na qual o concelho de Palmela se insere.

Esta análise encontra-se igualmente compreendida no *Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o Biénio 2017-2018*, celebrado em 2017, que enuncia a necessidade de um programa de investimento em equipamentos sociais que faça face à necessidade de alargamento e requalificação da rede existente (p. 5).

Refira-se, também a este propósito que o *Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede Nacional de Cuidados Integrados*, elaborado e revisto no ano de 2016, compreende uma leitura prospetiva do território, descrevendo analiticamente a capacidade das respostas sociais dirigidas aos diferentes grupos populacionais – crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência. Trata-se de um documento estratégico que, também ele, não prioriza determinadas necessidades no concelho de Palmela, concretamente aquelas que estão relacionadas com as pessoas idosas, inscrevendo as respostas de ERPI – Estrutura Residencial para Idosos (Lar) ou de Centro de Dia com a prioridade de nível 2 e 3, respetivamente.

Assim, a Câmara Municipal, reunida em sessão pública, na Marateca, a 17 de janeiro de 2018, delibera:

- Reivindicar junto da Administração Central a disponibilização de Medidas e Prioridades de Investimento dirigidas para a construção de Equipamentos Sociais para as pessoas idosas

que, a par, com todas as medidas e apoios existentes de carácter imaterial já enquadradas no âmbito do “Portugal 2020” possam configurar-se como efetivos recursos para a qualidade de vida e bem estar das comunidades;

- Reivindicar junto do Instituto de Segurança Social IP, a particular atenção para a criação e disponibilização de novos programas de apoio para a construção de equipamentos sociais, à luz de iniciativas ocorridas no passado como foi exemplo o Programa PARES;
- Apelar ao setor bancário a particular atenção para a disponibilização de linhas de crédito com especiais condições para o setor social e solidário, regidas por critérios que transpareçam uma maior justiça social;
- Mobilizar os parceiros sociais e entre eles, todas as estruturas representativas do setor social e solidário para que, numa só voz, reclamem pelo verdadeiro reconhecimento do seu fundamental papel na prossecução dos objetivos de solidariedade social.

Enviar a presente Moção às seguintes entidades:

- Assembleia Municipal de Palmela
- Primeiro-Ministro
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- Área Metropolitana de Lisboa
- Associação Nacional dos Municípios Portugueses
- Instituto de Segurança Social, I.P.
- Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
- União das Mutualidades
- União das Misericórdias
- União Distrital das IPSS de Setúbal
- Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
- Conselho Local de Ação Social de Palmela
- Comunicação Social.”

Sobre a Moção (Pelo Investimento Público na rede de Equipamentos Sociais) intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes. Refere que já tinha há algum tempo pensado trazer alguns assuntos relacionados com solidariedade e “calhou” apresentarem nesta altura, a presente moção e refere que irá fazer uma pequena introdução do que conhece em relação ao Pinhal Novo. Diz que nos últimos tempos, tem-se agravado naquela localidade, uma situação relacionada com pessoas que são despejadas e que, por qualquer razão não têm onde arranjar um teto, para poderem pernoitar nas noites em que são despejados, e outras situações, problemas familiares, outras pessoas que por sua vez se encontram a viver com

alguma dificuldade, visto não terem habitação para viver. Diz que tem acontecido com frequência nos últimos tempos, aparecerem nos bombeiros do Pinhal Novo, pessoas a solicitar dormida. Antigamente apareciam de vez em quando, porém nos últimos tempos, tem sido com muita frequência. Refere que tem também aparecido muitas pessoas, junto dos serviços dos Bombeiros Voluntários a pedir para tomar banho, porque não têm sítio para fazerem a sua higiene diária.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que o que pretendia sinalizar no momento, era no sentido de chamar a atenção do Sr. Presidente e do Sr. Vereador Adilo Costa, que crê que terão já algumas informações sobre essa situação, porque os bombeiros que participam no Conselho Local de Ação Social e todos os meses se realizam reuniões nesse sentido, normalmente sinalizam situações desta natureza. Exemplifica que nos últimos dias, apareceram à volta de três casais e, duas ou três pessoas individuais, com esses problemas. Existe um casal que se mantém a fazer a sua higiene diária, há alguns meses nos bombeiros, desconhecendo se será do conhecimento do Sr. Vereador. Naturalmente que os bombeiros e falando como Presidente dos Bombeiros do Pinhal Novo, estão sempre disponíveis a poder participar, e ajudar as pessoas visto serem uma instituição que está ligada à solidariedade, mas, naturalmente ao prolongarem-se essas situações cria alguns incómodos no funcionamento diário daquela instituição. Pretende assim com esta intervenção sinalizar esta situação, no sentido de mais tarde, se poder levar estas questões mais a pormenor, e tomar algumas resoluções para resolver os casos referidos. Refere ainda que naturalmente, os casos referidos são levados a Conselho Local da Ação Social todos os meses, mas são casos que ficam sinalizados, mas na altura em que acontecem, tem que se dar a resposta na hora, ou na meia hora seguinte. Refere que o último caso aconteceu na passada semana, em que já tinham um senhor a dormir, e há tempos o referido do casal a tomar banho, e entretanto apareceu num casal que tinha chegado da Holanda com guarida garantida, facto que não aconteceu, e dirigiram-se aos bombeiros para resolver a sua situação. Diz terem sentido pena do casal, e como não existiam condições para os receber, ter-se-á deslocado no seu carro particular, levando-os para a sua própria quinta, onde o casal pernoitou quatro noites. Será uma situação a resolver mais tarde.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e todos os que acompanham a reunião a partir de casa. Refere que relativamente à moção apresentada, obviamente que irão votar favoravelmente, têm plena consciência do défice de verbas que não são disponibilizadas para investimento em equipamentos sociais, mas também consideram que mais prioritário do que a construção de novos equipamentos, será pensar em apoiar o funcionamento dos equipamentos existentes. Não pode ser esquecido que o concelho de Palmela é marcadamente vincado pelo associativismo, existe plena consciência da importância deste setor e, por isso, também a autarquia deverá ter um papel efetivo de trabalho em rede, aproveitando o *know how* de todos os recursos humanos existentes nas instituições, canalizando o seu trabalho para um trabalho de maior proximidade, que sabendo que por vezes a autarquia não terá essa

capacidade e que existem muitos recursos humanos com muitas capacidades, que pela sua própria natureza, conhecem a população e as suas problemáticas como mais ninguém. Diz acreditarem e defenderem que a autarquia deverá pois, fomentar a coexistência do setor em causa, de forma refletida, estruturada e organizada, evitar sobreposições desnecessárias, que tantas vezes acontecem e por esse motivo, será importante mobilizar os parceiros sociais e ouvi-los e a uma só voz, acreditando só assim ser possível revitalizar o associativismo também.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** cumprimenta os presentes e o público que acompanha a reunião a partir de casa. Refere que a ideia será a de votar favoravelmente a proposta. Pensa que a questão da Solidariedade Social, a questão do envelhecimento, a questão dos apoios será um dos desafios dos próximos anos, porque diz termos um país a envelhecer, com menos jovens e com uma população que cada vez mais necessitará de mais cuidados para poder envelhecer com dignidade, logo, será uma situação que, obviamente, votarão favoravelmente, sendo certo que, subscrevendo as palavras da senhora vereadora Mara Rebelo, no sentido de que, para além de novos equipamentos, será necessário o apoio e o trabalho com aqueles que já se encontram no terreno, sendo que alguns dos quais já terão instalações que já apresentam alguns anos de uso.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a questão levantada pelo Sr. Vereador José Calado, não diria que sejam situações diárias, mas que existem com muita frequência, nomeadamente as ações de despejo. São canalizadas informações quer para a Segurança Social, quer para a GNR, quer até, uma informação ao próprio município, e considera ser normal que o Senhor Vereador a nível, não do Concelho Local da Ação Social, mas a nível da Comissão Social de Freguesia de Pinhal Novo, tenha conhecimento e peça, para poder intervir. Refere que é com muito agrado que vê reativada, e a "andar com outra pedalada" passa a expressão, a Comissão de Freguesia da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, porque será fundamental para o apoio a quem mais necessita, nomeadamente aos casos mencionados, mas não só.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** retoma a questão de que em regra, as situações referidas são canalizadas para o Instituto de Segurança Social, que arranja um mecanismo de apoios, dando como exemplo, a questão do arrendamento, providencia uma casa com um valor baixo, com a ajuda muitas vezes da própria rede e, frequentemente adianta o valor da caução, da primeira e segunda renda. Refere que a Câmara se encontra empenhada nesse sentido, que exista um equipamento de acolhimento de emergência, não só para os casos referidos - desde que sejam de curta duração - como também para casos decorrentes de causas emergentes, de questões relacionadas com a própria proteção civil, acidentes ou outro tipo incidentes, dando como exemplo um incêndio numa casa e possa existir durante algum tempo, por curtos períodos, naturalmente, um acolhimento às famílias. Refere que a câmara está a trabalhar nesse sentido para que também no território exista este tipo de apoio. Contudo, refere que não se poderá olvidar que competirá à Segurança Social, à rede, apoiar, facilitar, e ajudar a resolver as questões de fundo, emergentes deste tipo de problemas. Refere que a presente proposta virá

muito a jeito para a própria freguesia da Marateca, na medida em que existe a União Social Sol Crescente da Marateca, com um terreno cedido já há bastante tempo pela própria autarquia, para que possa sair daquela zona onde têm o Centro de Dia - que ainda foi do tempo da Brisa - e que não dispõe das condições adequadas de funcionamento, necessitando de uma ajuda na base de candidaturas do tipo, como referiu.

Considera que senhora vereadora Mara terá razão quando diz ser necessário recuperar, edificar, no caso concreto, de se tirar de um determinado local onde estava a trabalhar uma entidade, uma instituição de solidariedade social, para outro com melhores condições, será necessário e por vezes até, a reafetação de uma Instituição Particular de Solidariedade Social a outras áreas, que não a área original, porque a área original poderá já estar coberta. Utilizando o exemplo do pré-escolar, poderá existir uma necessidade de desafetar a sua intervenção no pré-escolar, para intervir noutras áreas, mesmo que seja na área das crianças e jovens, mas isso implicará construção, implicará reparação de equipamentos, implicará um investimento material que não poderá ser esquecido pela Administração Central. Dirige-se à senhora vereadora dizendo existem zonas no território, dando como exemplo o Bairro Alentejano, Bairro dos Marinheiros, em que será importantíssimo existir um Centro de Dia e até de Apoio Domiciliário, onde não chegam outras instituições. Por muito que o Centro Social de Quinta do Anjo, queira ajudar, implicará custos elevadíssimos, o transporte até àquela zona do território, para poder resolver o problema dos idosos do Bairro Alentejano e do Bairro dos Marinheiros. Portanto, existem as duas circunstâncias. Refere que evidentemente dá razão à senhora vereadora, quando é necessário olhar para o equipamento que já terá muitos anos de uso, sendo necessário "dar uma volta" a esse equipamento, como consta na própria moção, existir a abertura de uma linha de crédito, candidaturas, ainda que o território como referido na moção, infelizmente, seja considerado um território rico da Europa, portanto, a comparticipação será cinquenta por cento, tal como eram as outras comparticipações, em que a Câmara se envolve, para reforçar os seus equipamentos. Refere que se sente satisfeito com o facto dos vereadores irem apoiar a proposta, e refere que pensa que o mais importante, é que chegue à Administração Central, a quem de direito, para que existam verbas no Programa "Portugal 2020" para esta área.

O **Sr. Presidente** refere que à guisa de síntese, procuraria focar a discussão no conteúdo da moção propriamente dita, sendo que as questões que foram chamadas à colação, quer pelo Sr. Vereador José Calado, quer a questão da articulação da rede e do apoio local, serão questões pertinentes e, obviamente, como referiu o Sr. Vereador, o próprio município, sendo necessário clarificar qual o âmbito das competências das câmaras e do Governo na matéria em causa, e no âmbito da rede, procura articular respostas e estará neste momento a trabalhar num projeto precisamente para alojamento de emergência. Mas não será esse alojamento de emergência que irá resolver as questões, e até porque cada caso será um caso e também aparecem muitas pessoas, algumas que nem serão do concelho, às vezes em trânsito, com histórias de vida muito complicadas. Refere que também já viveu essa experiência, ao

deparar-se com pessoas à porta dos locais onde desempenhava funções a solicitar resolução para situações de emergência. A questão terá de ser analisada, crê que a sede ideal será na Comissão Social de Freguesia, aquela pequena escala que consegue até, muitas vezes, ter respostas mais céleres do que no Conselho Local de Ação Social, que já será o concelho todo, etc.. Refere que o assunto que se pretendeu apresentar, terá muito que ver, de facto, com estas duas freguesias, mas, sobretudo com a freguesia de Marateca.

O **Sr. Presidente** explica que está-se perante um quadro comunitário, recente, estiveram presentes na apresentação do compromisso de cooperação para o setor social e solidário para o biénio 2017/2018, reconheceu-se a legitimidade para se dizer que a prioridade, em matéria de apoios, o investimento irá para equipamentos de apoio à deficiência, e refere ser um facto que a região terá um défice nessas respostas relativamente a outras zonas do país e, estão de acordo com essa estratégia nacional, não interessando qual seja o Governo, estão de acordo com essa estratégia Nacional da prioridade aos equipamentos para apoio à deficiência, mas não podem estar de acordo, com aquela ideia que "isto para os idosos, está mais ou menos tudo resolvido", e não está. Não estará, não só por causa do fenómeno da demografia e da longevidade, mas porque existirão zonas do território que não terão, de facto, qualquer cobertura, quer em Lar em condições, mas mesmo em Centros de Dia, e diz "e houve agora aqui uma ideia de que – "está bem na zona de Lisboa... "está bem, estamos em Lisboa, mas Palmela não é Lisboa!", Palmela tem outras características e não se poderá dizer que não são necessários mais Centros de Dia. Recorda que o Sr. Vereador Adilo já referiu existir um terreno cedido há imensos anos, num momento em que se previa, e havia o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, para a candidatura do Centro Social da Marateca que se encontra naquelas instalações, foi igualmente cedida a escola do Margaça, para se poder fazer ali qualquer "coisa", porém questiona se existirá alguém que acredite que a Instituição sozinha conseguirá fazer algo. Diz ter de existir um programa, e que o município não se demitirá das suas responsabilidades, e compartilhará. É o que defendem, que exista uma candidatura, que exista uma participação do Estado Central, a setenta, a oitenta e cinco por cento, "nós vamos a jogo para o resto", refere, como aliás, aprovaram no mandato anterior, o contrato-programa com a Associação do Bairro Alentejano e aprovaram, recentemente, a isenção de taxas, que são normalmente aplicadas para a obra começar, tem um contrato programa com a Câmara de cento e vinte e cinco mil euros, por uma obra que só para a primeira fase serão quinhentos mil euros. Refere que se reclama para que não se deixe de abrir programas para o eixo dos idosos, para equipamentos.

Quanto aos equipamentos já existentes a moção também faz esta referência, que a Sra. Vereadora chamou à colação, justamente, de reabilitar, requalificar e até apoiar a redefinição de respostas dos equipamentos já existentes, porque existem instituições que têm hoje respostas onde, se calhar, elas se encontram deficitárias, do ponto de vista dos recursos, até dos utilizadores, e precisam de direcionar, a sua resposta social tem que ser outra. Passará do

pré-escolar, para o ATL, ou passará do ATL para os idosos, e terá que existir um programa de financiamento, e vai-se vendo passar os anos, o quadro comunitário será até dois mil e vinte e já nos encontramos em dois mil e dezoito, e existe dinheiro para tudo, menos para "isto". E será um pouco esta a posição tomada. Até porque, conforme refere, virão aí novas competências, e haverá muita matéria para discutir sob a responsabilidade dos municípios.

O **Sr. Presidente** crê que estarão unanimemente empenhados em chamar a atenção para a necessidade destes programas de financiamento, porque no concelho de Palmela, poderá não fazer falta no Pinhal Novo, onde existem excelentes instituições sociais, assim como em todo o território, e em todo o concelho, mas existem algumas que estarão a precisar neste momento, de apoio para fazer os seus equipamentos. De facto a rede terá que funcionar, porque também concorda que a solução não será fazer um refeitório ou uma cantina social em cada instituição. A solução não será fazer uma lavandaria em cada instituição, há que rentabilizar os recursos e trabalhar em rede, mas aqui ainda se está a falar de fazer o mínimo indispensável, a Marateca precisa de um equipamento destes em condições, não poderá ser naquelas instalações onde estão alojados neste momento, é será essa a preocupação no momento.

Submetida a Moção (Pelo Investimento Público na rede de Equipamentos Sociais) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Início a construção de passeios na rua Fundação Gulbenkian** – O **Sr. Presidente** refere que não irá falar de novo sobre os passeios na Rua Fundação Gulbenkian, uma vez já o disse durante a preparação da semana da Marateca, assim como já referiu os valores da obra e onde é que irão intervir.

• **Adjudicado projeto de execução para ampliação do refeitório da EB Zeca Afonso e recreio coberto do Pré-Escolar** – O **Sr. Presidente** refere que o projeto é um projeto ainda de monta, trata-se de uma escola relativamente moderna, mas é num sítio que tem vindo a crescer, e a crescer o número de alunos, e como tal terá que ser ampliada.

• **Judo Clube de Pinhal Novo – Participação Internacional** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta todos os presentes. Refere que traz uma primeira informação relacionada com a participação do Judo Clube de Pinhal Novo, numa iniciativa de caráter internacional, participação essa que decorreu nos passados dias, treze e catorze de Janeiro, na *Matsuru Cup*, uma competição realizada em *Hannover*, na Holanda, de caráter europeu, uma competição de referência nos escalões de formação, nomeadamente no escalão de cadetes que contou com a participação de clubes de dez países da Europa e mais de mil participantes.

Estiveram presentes três atletas num torneio que contribuiu para a preparação para os campeonatos nacionais que se avizinham. Diz que gostaria de destacar a presença e a participação do judoca Nuno Martins, que se classificou em sétimo lugar, faz uma referência também para o judoca Ricardo Pires e para Jan Glied, que tiveram também boas participações que perspetivam bons resultados nos seus percursos competitivos, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

• **Programa de Desenvolvimento do Judo no Concelho de Palmela – Iniciativas – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no próximo dia vinte de Janeiro, cerca de uma centena de judocas participará no vigésimo quarto torneio de judo, do concelho de Palmela “Open de Juvenis”, uma prova oficial do calendário nacional da Federação Portuguesa de Judo, que se realiza no Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo. Participarão atletas de várias regiões do país, nomeadamente Setúbal, Lisboa, Santarém, Coimbra, Beja e Algarve, do concelho prevê-se a participação de mais de uma dezena de judocas, em representação do Judo Clube de Pinhal Novo, e do *St. Peter's School*. Nesse mesmo dia, decorrerá igualmente a primeira jornada da Juventude da Associação Distrital de Judo de Setúbal, “Taça de Judo Clube de Pinhal Novo”, uma competição que se destina a atletas com idades compreendidas entre os sete e os doze anos. Do concelho estarão presentes cerca de cinco centros de treino, com respetivos judocas e por último, refere que ambas as iniciativas se realizarão no âmbito do Programa de Desenvolvimento Judo, no concelho de Palmela, serão organizadas pela Associação Distrital de Judo de Setúbal, com a parceria da Câmara Municipal de Palmela.

Questões apresentadas pelos Srs/as. Vereadores/as

- O **Sr. Vereador Raul Cristovão** começa por referir que é lamentar que ainda não tenha sido possível ter efetuado a desagregação do “atentado” (a palavra se calhar será um bocado forte) mas àquilo que seria a vontade das populações e também das próprias autarquias em termos de unanimidade em relação à agregação que foi feita da União de freguesias, Poceirão e Marateca. Espera que ainda seja possível na presente legislatura existir alguma reversão, porque, no fundo, é para isso que lutarão também com as populações, para repor aquilo que é merecido às pessoas.

Referindo o trabalho de descentralização e nas visitas que foram feitas, esta manhã, enquanto vereadores sem pelouros e que acompanharam a restante vereação, e salienta o que já foi referido, como o trabalho importantíssimo e com a alegria de quem sente que em todo o concelho existem várias associações a trabalhar na proteção dos animais, nomeadamente naqueles que as pessoas gostam muito de ter em casa, mas muitas vezes esquecem-se de os cuidar, e os abandonam, por vários motivos e viu situações que o chocaram, mas que ao mesmo tempo, lhe terá enchido a alma, foi o trabalho voluntário das pessoas e a qualidade das instalações. Efetivamente o senhor Presidente terá referido que serão dois mil euros por dia,

serão sessenta mil euros por mês, e questiona sobre o que seria daqueles animais. Ter-se-ia uma sociedade mais desigual se não existissem pessoas a fazer aquele trabalho e portanto, endereça uma saudação muito especial àquela equipa e através dela a todos aqueles que no concelho, também revelam este tipo de preocupação.

A fábrica da FIT que se visitou, fica-se sempre contente, quando se assiste a investimento económico como aquele, progredir, conhecendo a fábrica já muitos anos, vê-la no momento saudável, em crescimento e, sobretudo, tendo-se sentido sensibilizado com o facto nos dias de hoje ser possível fazer investigação e assistir a jovens cientistas a trabalhar naquela área de estrangeiros e portugueses e com isso, acho que está garantida o futuro, porque os produtos que já foram referidos são de grande qualidade e são para o mundo todo e, sobretudo, nos parece que garantindo futuro da fábrica, será garantir o emprego, será possível aumentar o emprego e a garantida melhor coexistência social, também na freguesia. De refere obras da Escola de Águas de Moura, sendo uma obra que para os Socialistas e PS já estaria feita. Acrescenta "o senhor Presidente nunca gosta de ser contrariado, mas tenho que lhe dizer estas coisas. A verdade tem que ser dita". As obras já deveriam ter sido feitas há oito anos, quando a freguesia ainda era, Freguesia da Marateca, e foi várias vezes pedido pelo presidente de junta, à época, para que ela fosse feita. O Sr. Presidente acrescenta "foi pedido e atendido". Finalmente – e informa que não interrompe o Sr. Presidente - a obra encontra-se a ser feita, e o que lhes interessa é que, a obra está feita, congratulam-se por isso, estão contentes e estarão cá para a defender.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que terminará a sua intervenção referindo uma situação, que causa preocupação no momento, que preocupa a todos e que de facto, existe a tendência falar das situações, ou referi-las, mais quando acontecem determinados problemas. A verdade é que existem muitas instalações do movimento associativo, de sociedades, de clubes, no concelho, e pensa que seria boa ideia aproveitando, infelizmente, mais um problema que se passou no nosso país, nomeadamente em Tondela, que se fizesse um esforço coletivo, entre a proteção civil concelhia e a autarquia, com as direções, verificando-se quais são as condições de segurança efetivamente, e para que amanhã - não acontece, até ao dia que acontece - não acontecer nada e pudéssemos estar todos mais conscientes e mais livres de um dia virmos a ser a culpa moral, que às vezes é mais difícil, que a culpa jurídica, de se ter um problema no concelho de Palmela e, portanto, eu considera ser a altura para parar, refletir e atuar em conjunto com proteção civil concelhia, câmara e direções das associações do movimento associativo, nomeadamente quando têm instalações de grande envergadura, que é preciso prever antes que aconteça.

- O **Sr. Vereador José Calado** refere que a sua intervenção é apenas para agradecer o convite que fez hoje para fazer a visita à União de Freguesias. Diz ter ficado mais enriquecido porque, naturalmente que aprendeu muito. Entrou no mundo da política há muito pouco tempo, o Concelho também não o conhecia tão bem, e sente-se neste momento mais habilitado em que poder ajudar e, se assim for possível, resolver os problemas do concelho e principalmente da União de Freguesias. Agradece também e dá um voto de saudação e dizer à Dona Milú que tem aqueles setecentos e dezasseis animais à sua guarda, o trabalho que deve ter diariamente e o esforço que deve ter para arranjar alimentação para aqueles animais e, naturalmente que nos trouxe uma alegria muito grande, saber que há gente que deixa de ter o seu dia a dia próprio, para poder cuidar daquela quantidade de animais. Também ficou satisfeito por visitar as obras que se encontram em curso, naturalmente mostra que as coisas estão a evoluir no concelho, e que as "coisas" estão no bom caminho e a visita à fábrica também, foi também com satisfação que viu uma unidade daquela natureza no concelho, e na freguesia, poder segundo o seu administrador, em breve fazer mais investimentos e isso trará com certeza, mais postos de trabalho. E finalmente, mais uma vez, agradecer o seu convite.

- O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** que não pode deixar de, antes da intervenção que tinha programada, a passar em claro as palavras do Sr. Vereador Raúl Cristóvão relativamente à questão da União de Freguesias. Há dois anos que o Partido Socialista se encontra no Governo, há dois anos que a responsabilidade governativa pertence ao Partido Socialista, portanto que façam alguma coisa. Refere que o Partido Socialista que faça alguma coisa, porque é da responsabilidade de quem está no Governo. Diz já ter referido tanto em Assembleia Municipal, como em várias sessões, que quando o Partido Socialista devido ao memorando de entendimento com a Troika, assinado pelo engenheiro José Sócrates, assinou a redução de freguesias, depois foi outro Governo que teve de a executar, e na sua perspetiva, existia um problema com aquela lei, que seria o não se ter previsto a dimensão territorial, a dimensão do território. Nomeava as freguesias por concelho, mas não tinha a dimensão do território, ora num concelho com a dimensão de Palmela, cinco freguesias não era excessivo tal como em Alcácer do Sal, em Odemira, a é evidente que no Norte, onde existiam oitenta e nove freguesias em Barcelos, mesmo assim, ficou-se com uma enormidade, portanto, o problema também não foi resolvido, a cem por cento, portanto, já se teve a experiência quatro anos, existiu uma renovação de mandato, encontram-se há dois anos no Governo, ainda terão mais dois anos de Governo e ainda teremos quatro anos de mandato, resolva-se o problema.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que gostaria de saber, mesmo não sendo uma competência da Câmara Municipal, mas se a Câmara terá algum conhecimento da situação da limpeza na Escola Secundária de Palmela. Têm informações que a existia uma empresa de limpeza que não estaria a fazer o serviço, que existiriam casas de banho fechadas, os alunos

queixam-se, os pais também, portanto, desconhece se a câmara terá alguma informação sobre o assunto.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que gostava também de referir, uma questão pela positiva, relativamente à última reunião de câmara, em que esteve presente, que existiu uma intervenção em Pinhal Novo na Urbanização Val'Flores relativamente às Palmeiras, que poderiam colocar em insegurança, os munícipes passavam naquela zona, a falta, de facto, da pavimentação da via dos Ferroviários, mas será sempre positivo trazer-se o assunto e verificar da sua evolução

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que de Pinhal Novo ter-lhe-ão chegado queixas de alguns moradores, no caso de dentro do casco urbano existir inúmeros terrenos que se encontram sem construção, alguns até ao abandono, e dentro deles, já crescerão autênticos matagais. Refere que existem questões de segurança que terão de ser acauteladas, sendo existir agora legislação específica, não será só para a parte urbana também relativamente à questão dos incêndios, e exemplifica existir um matagal que se situa entre a Rua 25 de Abril e a Rua Marquês de Pombal, à entrada de Pinhal Novo, junto a prédios. E estando a decorrer o mês de Janeiro, talvez fosse a altura certa, para a Câmara tentar notificar os proprietários, para em caso de não cumprimento, dar lugar a uma limpeza coerciva, porque, de facto, na altura do Verão, "aquilo" será bastante perigoso, até em termos de incêndios. Gostaria também de referir, aqui em relação à freguesia e também à freguesia do Poceirão e hoje falou-se na visita à FIT e também fica perto das instalações do LIDL, serão empregadores de referência na região, mas, de facto, a deslocação dos trabalhadores, dos munícipes que trabalham aí, será uma deslocação que irá sempre à volta, portanto, terão de ir à Estrada Nacional, voltar para trás, e existem de facto caminhos que poderia ser estudado também o seu alcatroamento, para poder existir um acesso mais direto, e um benefício em termos económicos, tanto para os trabalhadores, como para a empresa, como para o concelho. Seria uma das questões, recorda-se da Rua Jerónimo Almeida, aquele atravessamento se não existirá alguma hipótese.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que outra questão prende-se com o facto do Senhor Presidente ter aflorado a questão da ponte da Refer, o acesso à Herdade do Zambujal, de facto, estar-se-á a falar de uma população idosa, uma população que terá de ir dar uma volta enorme, para se poderem deslocar ao médico, à freguesia. Para além da potencialidade que poderia ser dada a todo aquele espaço, obviamente, de acordo com os proprietários, mas seria de facto, uma rentabilidade bastante positiva e foi algo de que há uns anos terá estado muito em cima da mesa e que nos entretantos, terá desaparecido um pouco da agenda e era uma questão que gostaria de saber., Relativamente aos munícipes que intervieram, de facto, considera que será assim que deve ser, participar, intervir, colocar as questões e depois será esperar. Termina com uma dúvida em relação à questão da iluminação do sobreiro, a questão terá sempre de ser apresentada ao ICN, porque poderão haver problemas, até na questão da

fotossíntese da árvore, ou seja, o impacto de luz artificial durante o período noturno, pode ter algum impacto, portanto, tem de ser estudada.

Às questões colocadas, são dadas as seguintes respostas:

– O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que em relação às intervenções dos vereadores Raul Cristovão e Sr. Vereador Carlos Vitorino gostaria de referir que fica sempre bem ouvir as preocupações sobre a reposição das freguesias, mas na verdade fica quase com a sensação que existirá um Partido Socialista no concelho de Palmela, e outro Partido Socialista na Assembleia da República, existirá um Partido Social Democrata no concelho de Palmela, outro Partido Social Democrata na Assembleia da República, isto porque recordando que o final do ano transato o Partido Comunista Português terá apresentado na Assembleia da República, um projeto que propunha precisamente, a reposição das freguesias e sublinha que esse projeto foi rejeitado precisamente com os votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP e, portanto, deverá existir coerência nas posições. Estarão de acordo que efetivamente a democracia terá perdido e ficado mais pobre, passaram a existir dificuldades acrescidas na gestão dos imensos territórios, que existiam no país, embora sabendo que se estará a falar de realidades diferentes, admitindo que nalguns casos, tivesse que ter havido de facto, uma medida diferenciada, e não. No fundo, aquilo que terá sido concretizado com a decisão que todo o território, todas as freguesias, "*por igual, com a mesma bitola*", gostaria de deixar o registo que no plano do concelho, lhe terá parecido existir consenso, mas quando se chega à Assembleia da República, quando se trata de votar, o sentido de voto é absolutamente diferente.

- O **Sr. Presidente** questiona o Sr. Vereador Raul Cristovão se ainda querará intervir sobre a matéria abordada, ou se o Partido Socialista irá apresentar um projeto para a reposição das freguesias.

- O **Sr. Vereador Raul Cristovão** volta intervir dizendo que gosta sempre de ouvir que existirá um Partido Socialista em Palmela, um Partido Socialista na Assembleia da República, e será verdade, até existirá um Melgaço, Monção, em Vila Real de Santo António, em Alcoutim, um em Évora, outro em Beja e "*por aí fora*", porque serão efetivamente um grande partido democrático e que defendem primeiro aquilo que será importante enquanto autarcas, não terão nenhuma central que tenham que dar considerações a ninguém, consideram os próprios aquilo que será importante defender, e aquilo que será importante defender será o que tiveram desde o princípio, na luta pela não agregação das freguesias em causa, assim como de outras assim, assim como tiveram a favor de agregação de outras freguesias e sabem, que desde o início, têm sido coerentes e firmes na posição em causa e não irá discutir o funcionamento interno dos partidos, porque isso não os levará a lado nenhum, o que irá discutir será o funcionamento enquanto autarcas e neste caso, representa autarca socialista, representa a população de

Palmela e os que terão votado em si e votando num projeto que desde há quatro anos que será pela desagregação das freguesias e, portanto, não caberá no momento responder por votações noutros órgãos para o qual não foi eleito e no qual não se encontra e, portanto, tem defendido, assim como os outros vereadores, e como outros membros do Partido Socialista da Concelhia de Palmela, tem defendido em todos os fóruns, sejam eles políticos partidários, sejam eles autárquicos, a desagregação destas duas freguesias, ponto final. Em relação a outras questões só pretenderia defender a honra de quem trabalha na Escola Secundária de Palmela, porque será lamentável dizerem-se coisas sobre algo que não se conhece. Estar-se-á a colocar em causa trinta e cinco trabalhadoras assistentes operacionais, que se encontram diariamente a trabalhar para manter no mínimo de condições, pare que a escola funcione e para os jovens e adultos que lá trabalharão, terem condições mínimas. Existiu uma empresa que no final da semana passada terá rompido o contrato, logo será necessário efetuar concurso público e, neste momento, a Escola Secundária de Palmela, como muitas escolas estará a viver com os assistentes operacionais que tem, a fazerem limpezas, e afirma não haver nenhuma situação de degradação do espaço, ou sujidade desta, tendo o Sr. Vereador estado presente na escola, assim como está diariamente e constata que, as mesmas funcionários que não terão obrigação de efetuar a limpeza, a efetuar a limpeza dos sanitários, dos espaços comuns e muitas vezes, os próprios professores e os alunos a tentarem ajudar nas salas de aula para que a escola se mantenha limpa e que dentro de quinze dias pelo menos, porque geralmente os processos demoram tempo, exista uma nova empresa efetuar as limpezas.

- O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que terá apenas duas questões. primeiro relativamente ao que disse o Sr. Vereador Luís Miguel Calha, uma coisa será repor todas as freguesias no país, outra coisa será equacionar, caso a caso e, de facto, a posição será de que deverá ser reequacionado e que estando no segundo mandato estar-se-á no período para o fazer. Relativamente à questão da Escola Secundária de Palmela pergunta "desde quando é que uma pergunta é ofensiva, Sr. Vereador?". A questão que foi colocada foi procurar saber o ponto de situação e diz que o Sr. Vereador se terá ofendido.

- O **Sr. Presidente** refere que ninguém estará ofendido e dá ordem de se continuar, referindo, que, primeiro, relativamente à desagregação das freguesias, estima muito a posição de princípio de cada um, e a necessidade de algumas justificações. Da parte da CDU e do PCP, encontram-se tranquilos com a coerência de sempre, não estarão só na luta, serão consequentes com aquilo que defendem e, portanto, não foi um projeto-lei, já terá sido a terceira vez, e também quer aqui repor a verdade sobre algumas interpretações. Primeiro diziam que não podiam acompanhar o projeto-lei do PCP, porque o projeto-lei do PCP era para repor as freguesias todas como estavam no país, antes de, e isso não corresponderá à verdade recordando já ter dito noutros momentos, que esteve na sala do Senado, na Assembleia da República, a representar o concelho de Palmela e a usar da palavra sobre a matéria. Assistiu

aos vários projetos-de-lei das várias forças partidárias no âmbito de uma comissão especializada que existiu para o efeito, para estudar o assunto e, de facto, o que acaba por magoar um bocadinho, é que às vezes existirão diferenças de posição, às vezes a nível local e a nível nacional, e depois, mesmo assim, a nível nacional, toda a gente diz que aquilo que terá que ser revisto, mas ninguém "põe o guizo ao gato" e, portanto, se alguém tem sido coerente nesta questão, o último projeto será do mais simples possível, não existirão confusões de limites, nem de património, será repor tal e qual, "é como pôr o contador a zeros", tudo até porque do ponto de vista processual, será fácil voltar ao estado anterior, da existência das freguesias separadamente. Refere que neste momento, já terá entrado outro projeto-de-lei sobre a matéria, sobre o mesmo assunto e da forma mais simples para executar as coisas e com esta clarificação: o PCP só terá apresentado projetos-de-lei para reposição de freguesias nos locais onde os órgãos autárquicos desses concelhos e dessas freguesias se tenham manifestado contra a agregação, de resto, noutros pontos do país se pretenderem estar juntos, se acharem que lhes dá escala, lhes dará vantagens de gestão, etc., cada um será dono do seu destino, no caso de Palmela o compromisso será com a população, a população maioritariamente e até nos órgãos, apesar do PSD, depois ter mudado um bocadinho. Nesta matéria, houve unanimidade sob a resistência a este crime que terá sido cometido e, poderão todos ter, e ainda bem, nos seus partidos não pensarão todos da mesma "e ainda bem", disse. Mas que se faça chegar a quem tem a responsabilidade de legislar, a necessidade de rapidamente corrigir a situação, aliás, terão dito que seria possível corrigir antes das últimas eleições autárquicas. "Aqui o Senhor vereador diz que até lhes tinha dado jeito, mas sabe que nós, eu não sei se você fez bem as contas aos resultados, mas ainda assim, devo dizer-lhe que, eu preferia perder uma eleição e ter as freguesias separadas, percebe? E não estou a dizê-lo pela primeira vez, já me ouviu dizer isto noutros momentos, portanto, nós aqui não trabalhamos para os resultados eleitorais, podemos perder votos, mas não perdemos a dignidade e isto é que é importante, porque é preciso sermos coerentes em política".

O **Sr. Presidente** sobre a questão da Escola de Águas de Moura, diz que naturalmente teve que brincar aqui um bocadinho com o Sr. Vereador, mas esclarece que na altura, quando a Senhora Presidente de Junta dizia que a escola em questão seria das poucas do concelho, que ainda não havia sido requalificada, a Câmara Municipal esteve de acordo, mas nesse momento, não existir quadro de financiamento para o assunto. Depois entrou-se naquela fase, que parecia que ninguém havia tido culpa, dois mil e onze, a parece que ninguém havia tido culpa daquilo que aconteceu, *"foi o tempo das vacas magras e que agora ainda não estão bem engordadas"*, e naturalmente tiveram que esperar por um novo quadro comunitário de apoio, que terá sido preciso "bater o pé" e terão sido os autarcas da CDU, na Área Metropolitana de Lisboa que *"bateram o pé"* para dizer *"senhores da União Europeia, quem é que vos disse que a prioridade de investimento para equipamentos educativos não faz falta para a área de Lisboa?"* é que os senhores da Europa *diziam "não, vocês já gastaram muito dinheiro com a Parque Escolar,*

fizeram para aí milhões e milhões em todo o país, portanto, não há mais dinheiro para a Educação”, mas felizmente ainda não existia o Pacto da Área Metropolitana de Lisboa, ainda se estava a discutir com o professor Augusto Mateus e outros, o que é que se faria do plano para o quadro comunitário, para a área de Lisboa, conseguiu-se que os equipamentos educativos voltassem. Existe um quadro de oportunidade de financiamento e nós estamos não só a fazer investimentos em, Águas de Moura, mas está-se a fazer quatro. Aires, que se encontra a terminar, Matos fortuna na Quinta do Anjo, Cabanas, Águas de Moura, Palmela II. Isto tudo junto serão três milhões de euros, ora três milhões de euros, financiados a uma média de 50 por cento, que não chegará, nalguns casos até um bocadinho abaixo, representa um esforço grande para a autarquia. Refere que será preciso também saber que, nesse mandato, 2010/2013, tinham acabado de pôr em funcionamento o agrupamento de escolas José Saramago com “o 1º ciclo feito pela Câmara e pago pela Câmara, lá dentro, para ficar tudo junto” em 2008/2009. E nessa altura, refere, que existia gente na rede educativa e “não éramos nós que estávamos no Governo” que dizia não se justificar uma escola em Águas de Moura, mas sim centralizar tudo. E foi Câmara que contrapôs e disse fazer falta, mesmo com poucos alunos. E já tem dito, e acredita, que a qualificação da escola irá levar a que muitos casais, muita gente de Águas de Moura e arredores, escolha aquela escola, em vez de levarem os seus filhos por trabalharem em Setúbal, aqui ou acolá, para outros equipamentos, e ficará ali um equipamento de futuro e, portanto, apesar de os dados da carta educativa e da demografia, por acaso, não estarem a ser favoráveis, tomou-se a opção de o fazer, e acredita terem feito bem, e estarem todos de acordo, portanto, não será uma questão de *“mais vale tarde, do que nunca”*, teve que se aguardar a oportunidade certa.

Quanto à limpeza da secundária de Palmela, refere que não será um assunto de Câmara, será um assunto interno da escola, tem que ver com o Ministério da Educação sabe-se os problemas na contratação de assistentes operacionais, para se perceber como é que estas instituições, não será só câmara, quando tem também empresas de jardinagem que não cumprem, rescindem contratos, isto acontece em todos os organismos. Porém, não partilha da mesma opinião do Sr. Vereador Raul Cristovão que a escola estará “um brinco”. Considera prioritária a limpeza das instalações, que são utilizadas pelos alunos e alerta “e o aspeto dos espaços exteriores, aquela escola... é necessário ter uma escola moderna na sede do Concelho”. A Parque Escolar, desde 2006, procedeu a um bloqueio da terceira fase. Nem pavilhão, nem terceira fase. Refere ser uma pena, a escola da sede de concelho ter praticamente as mesmas instalações que tinha há 40 anos quando a frequentou.

O **Sr. Presidente** refere que as restantes questões, “Val’ Flores”, “Palmeiras” estarão a ser equacionadas. Relativamente aos terrenos, existe um momento do ano em que é feito o levantamento das situações, aconselhando que, se existir algum munícipe com alguma situação gritante, sendo ou não por risco de incêndio, sendo por insalubridade, sendo por qualquer outra questão, o que deverá fazer será remeter à Câmara, e o procedimento que a câmara adota será

a Proteção Civil, logo no próprio dia, desloca-se ao local, elabora o relatório, remete para o serviço de fiscalização, são emitidas as notificações. Refere que derivado às questões dos incêndios, no último ano, verificaram-se ligeiras melhorias. Algumas pessoas agiram, mas ainda assim a Câmara teve de intervir, e gastar muito dinheiro público na limpeza de "coisas" que não seriam da sua competência, mas ainda assim, fizeram-no por questões de segurança, ainda não se recuperou qualquer verba. Diz que foram aplicadas algumas multas, mas o que se pretenderia seria a Câmara ser ressarcida, dessa limpeza. Mais informa que se tem estado a analisar os novos decretos sobre as faixas de gestão de combustível e crê que quem os elaborou terá sido pessoal que se encontra exclusivamente nos gabinetes, "percebem muito pouco desta matéria e depois confundem tudo". Dizem ser para as Estradas de Portugal, ser para a REFER, ser para os municípios, mas será só nas áreas do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, será nas estradas municipais, ou seja, a opinião pública ficará baralhada. Refere estarem a analisar; a Associação Nacional de Municípios, com todos os municípios de todas as cores, já terá dito que não poderá ser aquela conversa do Senhor Secretário de Estado, que diz que penalizará as câmaras se estas não procederem à limpeza, se os proprietários não o fizerem, e não será assim, e nem poderá ser assim, porque caso contrário não será possível fazer mais nada, não existirão mais investimentos em nenhum lado, portanto, existirão uma série de questões a clarificar. Quem faz aqueles despachos e aquela legislação estará muito longe do território. Refere que já na presente semana terão falado neste processo e estariam a programar para antecipar, mas reconhece ser uma "loucura", pois "eles querem que isto esteja limpo até Março?! Então em Maio vai estar tudo cheio de mato outra vez!". Habitualmente procede-se a este trabalho em Abril/Maio, mas se o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios remeter para uma data anterior, cumpriremos, mas teremos que fazer o trabalho duas vezes. Situações mais gravosas virão avulso e serão avaliadas, a sua premência, outras se se formos cortar agora, em Abril/Maio, estaremos na mesma. As notificações poderão seguir mais cedo, pois demoram, por vezes a correspondência volta para trás, depois percebe-se que o proprietário já não será o mesmo, depois da notificação devolvida, será a GNR a tentar entregar a notificação, a GNR não conseguindo efetuar a entrega, será Edital.

O **Sr. Presidente** apela a que façam chegar os casos e os terrenos em concreto, para que se possa atuar.

Em relação à questão do arruamento do LIDL, diz com toda a frontalidade que não fará sentido, e explica *"estas grandes empresas quando vêm para o concelho penduram-se em determinadas acessibilidades, se querem outras, seja para eles, para os seus trabalhadores, têm de investir e têm de as fazer, é essa a obrigação"*. Refere que é dessa forma que funciona em todo o território, porque caso contrário será a lógica do *"vou fazer uma empresa lá muito longe, porque aquele terreno até foi mais barato, que é lá no fim do mundo, e depois a Câmara que resolva os problemas dos transportes para levar lá as pessoas e os problemas da estrada"*.

O **Sr. Presidente** refere existirem outras prioridades, como foi constatado na presente reunião, como locais onde as pessoas habitam permanentemente a necessitar de infraestruturção. Porém, admite que se algumas empresas crescerem, porque se discute todos os dias este tipo de questões essas empresas, aliás, informa que na tarde do dia anterior esteve durante toda a tarde a receber investidores estrangeiros, no sentido destes, querendo ficar em alguns lugares, terem que infraestruturar as imediações. São dados incentivos para as empresas se fixarem no concelho, mas as empresas também terão que fazer um esforço para que não fique o prejuízo para a comunidade.

O **Sr. Presidente** em relação à questão da ponte do Zambujal, pretende apenas recordar o Sr. Vereador que suscitou a questão, por ter ouvido falar em mandatos anteriores desta matéria, que existe um protocolo assinado com os proprietários da Herdade, e diria que são estes que estarão em falta com, mas aquilo com que foi concordado foi "ir a jogo" em conjunto, a uma candidatura, que infelizmente, não teve sucesso, e por isso referiu há pouco, existindo um quadro de financiamento, para os caminhos rurais e infraestruturas, ligação, até poderá ser para o turismo, "*nós vamos a jogo*". O processo encontra-se todo preparado, será só atualizar a data e imprimir de novo. Lamenta que não tenha existido nos últimos anos, linhas ou prioridades de investimento para a área em causa. Declara porém, a posição de princípio, que quando existirem, o Município não deixará de apresentar essa candidatura, porque gostariam de reabrir aquele acesso, e existe uma parte, naturalmente, que terá que ser financiada pelo proprietário.

O **Sr. Presidente** dado os eleitos já "*terem dito de sua justiça*" sobre algumas matérias, dá por encerrado período antes da ordem do dia, agradecendo as intervenções e as questões, propondo entrar na ordem de trabalhos.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Seccção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, no período compreendido entre 10.01.2018 a 16.01.2018.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 08.01.2018 e 12.01.2018.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 10.01.2018 a 16.01.2018, no valor de 753.044,76 € (setecentos e cinquenta e três mil, quarenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 16.01.2018, apresenta um saldo de 8.043.541,38 € (oito milhões, quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e um euros e trinta e oito cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.129.165,30 € (sete milhões, cento e dezassete mil, oitocentos e vinte e três euros e setenta e dois cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 914.376,08 € (setecentos e sessenta mil, trezentos e vinte e três euros e seis cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

PROPOSTA N.º DADO 01_02-18:

«A 1.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2017 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição da dotação da ação relativa aos pagamentos à Simarsul, cuja verba não será necessária utilizar nos primeiros meses do ano e que será reposta na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2017.

O valor desta alteração é de 114.046,00 € (cento e catorze mil e quarenta e seis euros), e representa 0,23% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da 1.ª Alteração ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.»

Sobre a proposta da 1.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que este tipo de alterações serão frequentes e necessárias para ir afinando os instrumentos, de orçamento e plano, às necessidades de reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar, nalguns casos, encargos transitados, porque ao fechar o ano existem sempre encargos que transitam. São igualmente feitos outros acertos, sem expressão relevante nos documentos. Esta será uma alteração que cingiria a duas fundamentações, uma que irá essencialmente ao orçamento que terá que ver com a deslocação de pessoal de uma unidade orgânica para outra e, portanto, não se verifica propriamente reforço, porque se anula de um lado, e irá para outro. Existe um reforço que visa essencialmente, aquisição de um serviço e de um *software* para auxílio na transcrição das atas, para se ser mais célere, e no fundamental serão acertos de pessoal, mas que não aumentarão a despesa. Nas grandes Opções do plano, as três “mexidas” têm que ver, por um lado, com os tais encargos que serão a reparação de grandes máquinas e viaturas, as retros, etc., cujo procedimento terá sido efetuado em dois mil e dezassete, tendo transitado o dinheiro que se previu gastar-se no ano passado, que não terá sido gasto, terá que se ir buscar à Simarsul e, posteriormente, será reposto na revisão. Também para a escola de Aires, cujas obras estarão a

terminar, estima-se que terão de ser feitos acertos, nomeadamente ao nível de erros e omissões, como será normal, são pequenos acertos feitos no final e depois uma questão em relação às festas locais, que será apenas uma mudança de rubrica, porque, por vezes subsidia-se por causa das instalações elétricas, por outras vezes, tem de se pagar a eletricidade, portanto, sairá do lado da compra da infraestrutura, para transitar para o pagamento da eletricidade, uma vez que aquela eletricidade será contada naqueles quadros que são colocados para as baixadas elétricas e estas contas surgiram recentemente. Em relação ao dinheiro de que se necessita de momento, que será sobretudo uma diferença de 60.100 euros, ir-se-á à verba da Simarsul, paga-se todos os meses e posteriormente far-se-á o acerto na revisão. No fundamental esta alteração mexerá em cento e catorze mil euros e representará 0,23 do orçamento em vigor.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que sendo este o orçamento, o sentido de voto da coligação Palmela Mais, será no sentido da abstenção, sendo de referir que, estando em Janeiro e já existir a primeira revisão orçamental, quer dizer que muitas outras se seguirão.

O **Sr. Presidente** refere que as alterações são feitas tantas quantas as necessárias. Antigamente é que só existiam duas revisões por ano. As alterações poderão vir a todas as reuniões, importante será a Câmara não parar. Refere que se trata de questões simples, caso se tratasse de alguma alteração estrutural é que seria complexo.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos Vitorino. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a empreitada de “Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo” – Qualificação de concorrentes.

PROPOSTA N.º DADO_DEPOP 01_02-18:

«Em reunião de Câmara realizada em 23/08/2017 foram aprovados os trabalhos e a abertura de concurso limitado por prévia qualificação para a realização da empreitada de “Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo”.

Decorrido o período de apresentação de candidaturas, feita a análise das mesmas e realizada a audiência prévia ao Relatório Preliminar, anexo, não foram apresentadas quaisquer pronúncias, sendo a lista de candidatos qualificados a seguinte:

N.º	Candidatos
1	Ilhaugusto – Construções, Lda.
3	Oliveiras, S.A.
5	Construções Pragosa, S.A.

Deste modo, propõe-se que a Câmara Municipal aprove as propostas contidas nos relatórios preliminar e final do júri, os quais fazem parte integrante da presente proposta, e aprove a qualificação dos candidatos acima referidos, que se apresentaram ao concurso limitado por prévia qualificação para a "Empreitada para a regularização da Ribeira da Salgueirinha - Troço do Pinhal Novo", nos termos do nº 3 do artigo 186º do código dos contratos públicos, aprovado em anexo ao Decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro, na redação aplicável e nos termos da alínea g) do nº2 do artigo 23º e alínea f) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a empreitada de "Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo" – Qualificação de concorrentes intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que como se saberá, lançou-se este procedimento concursal em vinte e três de Agosto, foram aprovados os trabalhos e a abertura de concurso limitado, por Prévia Qualificação, que se trata de um processo que permite "ver logo se os concorrentes, têm ou não têm, estaleca ou arcaboço" (passa a expressão) para serem concorrentes a um concurso da natureza em causa. É verificada a robustez financeira da empresa, se possuem ou não nos quadros, engenheiros das determinadas especialidades, e níveis de alvará, porque, por vezes existem empresas que concorrem, e não os possuindo, recorrem a "serviços a outros", e não tratando de uma obra simples, foi efetuado por Prévia Qualificação, e o que está a ser trazido neste momento, será a proposta para que a Câmara aprove as propostas contidas no relatório preliminar e final do júri, que fazem parte integrante da proposta, qualificando três candidatos, a "Ilhaugusto – Construções, limitada", "Oliveiras, SA" e "Construções Pragosa". O relatório preliminar dá conta da análise que foi efetuada para a questão da robustez financeira, onde é utilizada uma fórmula matemática que consta no documento. os três candidatos cumprem o os requisitos de capacidade financeira e as questões atinentes à experiência das empresas em execução de empreitadas de dimensão e natureza similares, para além da estrutura organizacional da empresa e respetivas valências técnicas especializadas que têm que ser mesmo dirigidas para este tipo de obra em questão. Também estão registadas as razões pelas quais foram excluídas as outras empresas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISONAMENTO

Pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Constituição de Fundos de Maneio – Ano económico de 2018.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_02-18:

«A constituição de Fundos de Maneio tem como objetivo permitir o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, conforme estabelecido no ponto 2.3.4.3 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), “em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneio, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis aprovado pelo D.L. n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro”.

Tratando-se de uma transferência das disponibilidades à guarda do tesoureiro para a guarda de um determinado titular, propõe-se a constituição dos seguintes fundos de maneio:»

Atividade: Gabinete de Apoio à Presidência

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
José Alexandre	01.02.01	02.01.21	-	Outros bens	100 €	1.000 €
	01.02.01	02.02.13	-	Deslocações e estadas	75 €	300 €
	01.02.01	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	600 €
TOTAL					275 €	1.900 €

Atividade: Dep. Administração e Desenvolvimento Organizacional

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Paulo Pacheco	02.01	02.01.18	-	Livros e documentação técnica	75 €	150 €
	02.01	02.01.21	-	Outros bens	50 €	250 €
	02.01	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	300 €
	02.02	02.01.07	2014-A-38	Vestuário e artigos pessoais	75 €	300 €
	02.02	02.01.09	2014-A-39	Produtos químicos e farmacêuticos	20 €	200 €
	02.02	02.01.11	2014-A-39	Material de consumo clínico	75 €	225 €
	02.02	02.01.21	-	Outros bens	50 €	150 €
	02.02	02.02.22	2014-A-37	Serviços de saúde	75 €	300 €
	02.03	02.01.21	-	Outros bens	150 €	750 €
	02.03	02.02.09	-	Comunicações	50 €	100 €
	02.05	02.02.25	-	Outros serviços	400 €	2.400 €
	02.06	02.02.25	-	Outros serviços	150 €	1.500 €
	02.07	02.01.21	-	Outros bens	75 €	300 €
	02.07	02.02.03	2014-A-12	Conservação de bens	50 €	250 €
	TOTAL					1.245 €

Atividade: Dep. Ambiente e Gestão Operacional do Território

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Maria Teresa Palaio Pereira	03.01	02.01.21	-	Outros bens	75 €	200 €
	03.01	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	200 €
	03.02	02.01.14	-	Outro material - peças	100 €	300 €
	03.02	02.01.21	-	Outros bens	150 €	500 €
	03.02	02.02.25	-	Outros serviços	75 €	300 €
	03.03	02.01.14	-	Outro material - peças	75 €	375 €
	03.03	02.01.21	-	Outros bens	100 €	300 €
	03.03	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	300 €
	03.04	02.01.17	-	Ferramentas e utensílios	50 €	200 €
	03.04	02.01.21	-	Outros bens	150 €	1.000 €
	03.04	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	500 €
TOTAL					950 €	4.175 €

Atividade: Div. Administração Urbanística

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Jorge Martinho	04	02.01.21	-	Outros bens	100 €	200 €
	04	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	500 €
	TOTAL					200 €

Atividade: Div. Educação e Intervenção Social

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Fernanda Rolo	05	02.01.21	-	Outros bens	100 €	400 €
	05	02.02.03	2014-A-28	Conservação de bens	100 €	1.000 €
	05	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	400 €
	TOTAL					300 €

Atividade: Div. Cultura, Desporto e Juventude

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
José Calado Mendes	06	02.01.21	-	Outros bens	150 €	750 €
	06	02.02.03	2014-A-28	Conservação de bens	150 €	600 €
	06	02.02.25	-	Outros serviços	100 €	500 €
	TOTAL					400 €

Atividade: Div. Comunicação, Turismo e Economia Local

Responsável	Orgânica	Económica	Ação Plano	Descrição	Montante fundo	Total a Cabimentar
Paula Magalhães	07	02.01.21	-	Outros bens	100 €	500 €
	07	02.02.03	-	Conservação de bens	150 €	500 €
	07	02.02.25	-	Outros serviços	50 €	250 €
	TOTAL					300 €

Sobre a proposta Constituição de Fundos de Maneio – Ano económico de 2018 intervêm:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que apresenta a proposta que visa a constituição de fundos de maneiio para o presente ano económico, como os senhores vereadores saberão, a constituição de fundos de maneiio que tem como objetivo permitir o pagamento de pequenas despesas urgentes inadiáveis, conforme se encontra estabelecido no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e o que se propõe será a constituição dos fundos de maneiio que se encontram plasmados na proposta apresentada.

O **Sr. Presidente** refere ser uma questão normal para acorrer a pequenas aquisições para não parar os serviços, que os dirigentes terão de ter a presente competência e o fundo de maneiio em causa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das vinte e três horas e trinta e seis minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco